



Leblon – Jardim de Alah – Avenida Delfim Moreira.

O Campo do Leblon, que deu o nome ao bairro, era uma chácara pertencente ao francês chamado Charles Le Blon, em meados do século XIX.

A literatura francesa no Brasil durante a II Guerra Mundial

UBIRATAN MACHADO

Os anos da II Guerra Mundial foram dos mais singulares na história das relações culturais franco-brasileiras. Singulares e contraditórios. No Brasil, nunca se louvou tanto a França e as afinidades espirituais entre os dois povos. Esses louvores, no entanto, ocorriam em um momento em que a influência do pensamento francês em nosso país, em declínio desde o final do primeiro conflito mundial, entrava em colapso, com a invasão alemã, em junho de 1940.

No início da guerra, a França era o país que mais exportava livros para o Brasil. Com a ocupação nazista e o bloqueio naval britânico aos territórios controlados pelo eixo, os brasileiros deixaram de receber as últimas novidades das *presses* francesas, os *vient-de-paraitre* literários, os livros de arte, as edições anotadas dos velhos clássicos, os jornais, as revistas, os figurinos, que faziam as delícias das brasileiras

Ensaísta, jornalista, tradutor, crítico, biógrafo, autor de *Os Intelectuais e o Espiritismo: de Castro Alves a Machado de Assis* (1983), *Vida de Luiz Delfino* (1984), *Anatole France e o Brasil* (1994), *Malditos e Renegados* (2000), *A vida Literária no Brasil durante o Romantismo* (2001), *Machado de Assis – Roteiro da Consagração*, *Livros no Brasil – Subsídios para uma História das Livrarias Brasileiras*.

e ditavam a moda em todo o mundo. Em suma, a França emudecia e a imprensa queixava-se da “escassez completa e absoluta” de obras em francês.

A falta de contato com a produção intelectual francesa seria de certa forma compensada pela implantação de uma inédita indústria editorial voltada à edição de obras em francês e por um fato ainda mais insólito nas relações culturais entre os dois povos.

Desde o século XIX, muitos escritores franceses tinham vivido no Brasil, mas ou eram diplomatas, como o irritadiço Gobineau ou o cavalheiresco Claudel, ou turistas vivendo entre os dois continentes, como o suíço, quase francês, Blaise Cendrars. O fato de um dos grandes escritores franceses deixar a sua terra, passando a viver e produzir no Brasil, era novidade. Claro que estamos falando de Georges Bernanos, talvez o escritor francês mais amado e execrado da época.

~ Georges Bernanos

Os motivos alegados por Bernanos para se mudar para a América do Sul são conhecidos: impossibilidade financeira de viver na França. Era apenas parte da verdade. Por trás do dinheiro existiam motivos de ordem espiritual muito mais fortes: o desalento diante da inversão de valores e da corrupção do mundo moderno, a busca desesperada de uma terra de paz, longe do clima de ódio que infestava a velha Europa, às vésperas dos acordos de Munique e da eclosão da II Guerra Mundial.

Na realidade, o exílio no plano físico correspondia à situação psicológica de Bernanos de exilado do mundo moderno. Tanto assim que o país escolhido foi o Paraguai, uma miragem desde a adolescência, espécie de paraíso bíblico com sua mitologia particular, onde por certo não sonharia com rios de leite e mel, mas com algo mais improvável: paz e fraternidade entre os homens.

A atitude desagradou a alguns intelectuais, que viam nela uma fuga. François Mauriac, com uma ponta de maldade, disse que Bernanos saía da França cada vez que a via em dificuldades.

Não deixa de ser ilustrativo lembrar que, durante a ocupação, enquanto Mauriac, isolado em sua casa entre vinhedos, nos arredores de Bordeaux, perdeu praticamente a liberdade de expressão, o *fujão* Bernanos tenha encarnado a

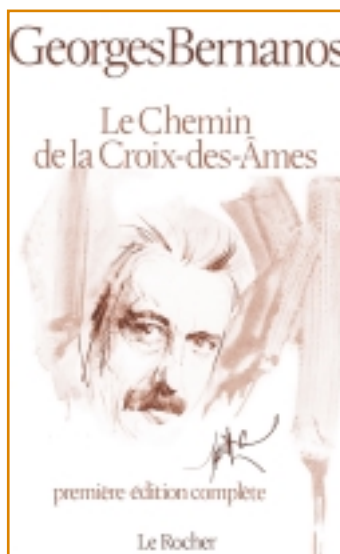
consciência da França livre e se tornado o “animador espiritual da resistência”, na expressão de Albert Béguin.

Menos dogmáticos do que Mauriac, os brasileiros louvaram a atitude do escritor como um ato de puro quixotismo. É um tributo de admiração, mas não é uma imagem adequada. Bernanos tinha muito pouco de Quixote. Os seus impulsos contundentes e passionais nasciam do temperamento explosivo e não dos delírios da razão. Por trás deles não havia a loucura mansa dos que crêem em seus sonhos a ponto de caricaturá-los na realidade, mas um raciocínio lúcido e penetrante como um punhal. Além do mais, carecia da humildade e mansidão de Alonso Quijano, el Bueno. Quase tudo nele contradizia o Cavaleiro da Triste Figura. A começar pelo físico.

Com o seu “jeito meio alçado de enorme pássaro de Deus” (Jorge de Lima), a sua presença insólita – como um meteoro caído de um universo paralelo, – os seus arroubos de cólera, a sua aspereza de pedra, a sua loquacidade incansável (falava durante horas, em voz altíssima, sem deixar ninguém abrir a boca), Bernanos parecia mais um profeta bíblico, oferecendo o que se espera de todo profeta: violência de expressão, inquietação, a voz que clama contra o desconcerto do mundo.

No Brasil, como na França, provocou irritação e protestos, criou admiradores apaixonados e adversários resmungões, alguns conciliando repulsa pelas suas idéias e admiração pelo talento que as expressava.

Um desses admiradores resmungões, o jovem e igualmente colérico Carlos Lacerda, definiu-o como o “magnificamente errado Georges Bernanos, um homem que não pode ensinar a ninguém o verdadeiro caminho, mas que certamente pode muito bem – e ensina ainda melhor – qual o caminho que se não deve tomar”.



Mais enfático ainda, Oswald de Andrade definiu a sua personalidade como um “caos reacionário”, utilizando-se de “a Verdade, a Unção, a Marselhesa, o Código Civil, a Restauração, enfim tudo que atrapalhe, retarde e distraia o saneamento do mundo”.

Um outro cronista, já no final da guerra, sugeriu que o Bernanos era ingrato com a terra que o acolhera, pela indiferença à literatura brasileira, apesar de ler o português com facilidade. Não é verdade. Abstendo-se de emitir juízos críticos por escrito, ele leu Lima Barreto, as *Memórias de um Sargento de Milícias*, que considerava uma delícia, alguns jovens poetas, prefaciou a edição espanhola dos *Poemas*, de Jorge de Lima, e debateu com paixão os primeiros volumes da *Tragédia Burguesa*, de Otávio de Faria.

Queriam talvez que ele implantasse um gabinete de elogios ao pessoal da terra. Como tal não aconteceu, acusaram-no de não gostar do Brasil. Em verdade, houve um caso de amor quase predestinado do escritor com o país, como confessou: “Amei o Brasil por muitas razões, mas em primeiro lugar e antes de tudo porque nasci para amá-lo.” Esse amor ainda não se revelara quando escolheu o Paraguai como exílio e refúgio do mundo moderno.

No entanto, ao passar pelo Brasil, no dia de seu padroeiro, São Domingos, 5 de agosto de 1938, teve a intuição de que aqui estava o seu destino. Assim foi. Não gostou do éden paraguaio nem da Argentina. Regressou ao Brasil, sem destino e pouso certo. Viveu pequenas temporadas em Itaipava, Juiz de Fora, Vassouras. Afinal, fixou-se em Pirapora, às margens do rio São Francisco, em pleno sertão mineiro, uma região inóspita e quentíssima, com a qual estabeleceu uma relação de amor, surpresa e inquietação, talvez com uma ponta de ódio ou apenas de irritação.

Na cidade às margens do São Francisco iniciou o seu ciclo brasileiro de produção, caracterizado pelo abandono do romance e a dedicação exclusiva ao panfleto. Foi uma das fases mais ricas e inesperadas nas relações culturais dos dois países. Nunca o espírito da velha França esteve tão pulsante no Brasil, – no sentido de emanar de uma presença física –, ou pelo menos uma das vertentes do espírito gaulês, aquela que se caracteriza pela crença quase mági-

ca nos valores da terra, a nostalgia do *Ancien Régime* como símbolo de estabilidade e liberdade, e o culto ao catolicismo, um culto com o fervor e as alucinações de um cruzado disposto a conquistar o mundo para Cristo com a sua espada sagrada, ou a sua pena afiada, e por isso mesmo barulhento, inconformista, dogmático e rebelde.

Em Pirapora, sem nenhuma fonte de renda, além daquela auferida pelo trabalho cotidiano, o escritor repetiu a rotina do que fazia na França: escrever, escrever, escrever. A aventura durou cerca de um ano e foi desastrosa em termos financeiros. Bernanos adquiriu uma fazenda com 550 cabeças de gado, com o sonho de que os lucros da pecuária lhe permitiriam escrever com tranquilidade. Logo constatou que tinha de escrever para alimentar os bois e vacas. Acabou se desfazendo da propriedade, mas a cidade lhe deixou vincos na alma.

De Pirapora mudou-se, em agosto de 1940, para a localidade de Cruz das Almas, em Barbacena, “diante de um imenso horizonte de montanhas selvagens, que cavalgam umas sobre as outras por centenas de quilômetros”. Dias antes, em 18 de junho, quando se achava hospedado em um hotel em Belo Horizonte, ouviu pelo rádio o apelo do General De Gaulle para que todos os franceses se empenhassem na libertação da pátria. Decidiu então entrar em combate com a única arma de que dispunha e sabia manejar: a palavra. Começou a escrever uma série de violentos panfletos para a BBC de Londres, convocando os homens livres a combaterem toda forma de opressão, origem de *Lettre aux Anglais*.

Nos últimos anos, Bernanos passava cada vez mais tempo no Rio de Janeiro, cidade que considerava “prodigiosamente bela”. Vivia então uma terrível crise espiritual, que o levou a procurar um psiquiatra, o Dr. Ombredane. Fazia também uma incipiente vida literária, o que talvez fosse um bom coadjuvante na terapia psiquiátrica. Pelo menos lhe permitia exercer o dom da maledicência.

Podia ser visto à tarde numa mesa do café Amarelinho, escrevendo. O burburinho da Cinelândia, o barulho do trânsito, os gritos dos garçons, nada o incomodava. Pelo contrário, tinha necessidade desse contato humano para se concentrar. E cultivava amigos queridos, como Jorge de Lima, Alceu Amoroso Lima, Virgílio de Melo Franco.

Em 1946, retornou à França. Os sete anos no Brasil foram de produção intensa, durante os quais redigiu mais de 250 artigos para a imprensa, a maior parte publicada em português em *O Jornal*, traduzidos por Lúcia Miguel-Pereira, e dezenas de panfletos, barulhentos como um tiro de canhão, para a BBC. Compôs três livros editados no Brasil – *Lettre aux Anglais* (1942), *Le Chemin de la Croix-des-Âmes* (4 volumes, 1943-45), *La France contre les Robots* (1946), – e outros três lançados na França: *Les Enfants humiliés* (1949), *Scandale de la Vérité* (1939) e *Nous autres Français* (1939), nos quais analisa o processo que levou à capitulação da Europa, além de redigir o desfecho insólito de *Monsieur Ouine*, romance iniciado em 1932, até então inacabado, e também lançado no Brasil.

Ainda no Brasil foi escrita uma parte considerável da correspondência reunida em *Combat pour la Liberté*. Ao lado desse combate pela liberdade – liberdade política, entenda-se, mas alongando-se também em liberdade espiritual – Bernanos, sem nunca deixar de ser francês até o bico do sapato, incorporou ao seu espírito alguma pulsação da alma brasileira, vaga e indefinível, que se traduziu talvez na atração pelos horizontes bárbaros, a sedução de uma vida livre e, sobretudo, a impossibilidade definitiva de viver na Europa.

De volta à França não se adaptou. Estava cansado do Velho Mundo ou apenas do mundo. Talvez cansado de si mesmo. Mudou-se para Tunis, onde escreveu o *Diálogo das Carmelitas*, história de 16 freiras martirizadas durante a Revolução Francesa, mas fracassou em seu projeto de escrever uma vida do Cristo. Adoentado, retornou à França, onde morreu em 1948.

~ Beatrix Reynal

A poetisa Beatrix Reynal também empenhou a voz e o verso na campanha pela libertação da França. De ascendência francesa, nascida em Montevideú, em 1892, Beatrix passou a infância na região de Provence, sendo ungida pelo resto da vida pela sua paisagem e espírito.

Casada com um brasileiro, o pintor Reis Júnior, ela participou ativamente da vida literária da cidade, nos anos 30 e 40. Seu salão – se podemos empregar esse

termo, que cheira demais ao século XIX, – na Avenida Vieira Souto, perto do Jardim de Alá, concorria com o de Aníbal Machado, na Visconde de Pirajá. Ambos recebiam Álvaro Moreyra e sua mulher Eugênia, Goeldi, Lúcio Cardoso, Augusto Frederico Schmidt, Rachel de Queiroz, Villa-Lobos, Murilo Mendes e muitos outros. Era uma bela casa, repleta de obras de arte, quadros de Lhotte, Gromaire, Vuillard, e uma imensa biblioteca no segundo andar, segundo depoimento de José Geraldo Vieira, que a fez personagem do romance *A Ladeira da Memória*.

Como Bernanos, Beatrix atendeu à proclamação de De Gaulle, passando a exercer um papel de ativista político, animando a França a se erguer. O programa radiofônico “Hora da França”, financiado pela própria escritora e transmitido para a Europa, em ondas curtas, buscava mexer com os bríos de quem vivia sob a opressão nazista, expressando os sentimentos de fraternidade do povo brasileiro, através de textos de cerca de cem artistas e intelectuais, entre os quais Graciliano Ramos, Afonso Arinos de Melo Franco, Afrânio Peixoto.

Beatrix era um talento modesto, com escassa repercussão na França, onde publicou seu livro de estréia, *Tendresses Mortes* (Paris: Grasset, 1937), mas a sua atuação foi de intensa dignidade. Sem o brilho, a veemência e a repercussão das palavras de Bernanos, ela expressou a revolta e a indignação de seu povo em um dos momentos mais angustiantes de sua história, sob ameaça de perder a própria identidade.

O lançamento de *Poèmes de Guerre*, em 1943, reunindo a produção de 1940 a 42, foi saudado por dezenas de resenhas e críticas, todas de louvor, vendo nela “a poetisa da França renascida”, “a poetisa da vitória”, uma personalidade que “figura entre os mais nobres representantes do espírito e da intelectualidade francesa no Brasil”.

Entre tantos elogios, o mais agradável talvez tenha sido a dedicatória de Bernanos em *Lettre aux Anglais*: “*Pour Béatrix Reynal, qui est restée si généreusement fidèle à son enfance, aux paysages de son enfance, à la Provence dorée, aux bonnes gens de chez nous, et qui sert chaque jour la France de tout son cœur, de tout son courage, de toute sa foi.*”

Cabe ainda destacar o grupo de professores franceses que lecionavam na Universidade de São Paulo, bem adaptados à vida do país, como Paul Arbous-

se Bastide e Georges Raeders. Este, além de professor da USP, dirigiu o Liceu Franco-Brasileiro e o Liceu Pasteur, publicou livros de finalidade didática, entre os quais uma *Petite Histoire de la Littérature Française*, além de reunir material para obras futuras sobre o Brasil. O que mais se identificou com a terra foi Roger Bastide, que permaneceu no país 17 anos, de 1937 a 1954. Redigindo em português com clareza, publicou aqui vários livros (*Psicanálise do Cafuné*, *A Poesia Afro-Brasileira*, etc.), dando uma contribuição notável e original ao conhecimento do Brasil.

~ Literatura francesa editada no Brasil

Uma das providências para suprir a falta do livro francês foi a importação de obras editadas em outros países. A Livraria Suíça, do Rio de Janeiro, dispunha de um bom estoque de obras de literatura francesa, editadas no Canadá. Em seus anúncios dava especial relevo aos autores contemporâneos, como André Maurois, Jules Romains, Jacques Maritain, sem se esquecer dos mais antigos, como Edmond Jaloux. Outras livrarias cariocas e paulistanas procediam de idêntica maneira.

Mas a iniciativa mais significativa para preservar o interesse do público brasileiro pela literatura francesa foi a criação de editoras nacionais voltadas para a edição de livros em francês.

A primeira em data e importância foi a Americ-Edit, fundada e dirigida por Max Fischer (1880-1957). Escritor com vários romances e volumes de contos publicados, Fischer se refugiou no Brasil após a invasão nazista na França. Conhecia bem os segredos do mercado editorial, pois havia sido diretor da famosíssima casa Flammarion.

No final de 1940 ou início de 1941, a Americ instalou-se no Rio de Janeiro, com sede no edifício Metropolitano, na Rua Álvaro Alvim, 31. As suas edições eram impressas na Imprensa Nacional. Com as cautelas impostas pelas dificuldades da época (a crise do papel) e as limitações do mercado brasileiro, a editora procurou oferecer um certo padrão editorial europeu. Assim, cada

livro tinha três apresentações: edição comum, em brochura, encadernada ou edição de luxo, encadernada “no estilo francês”, os exemplares numerados.

As edições de luxo, em papel “*pur lin Regente Ledger*”, tinham tiragens variadas de 50 (*La Fin de Chéri*, de Colette), 75 (*Introibo*, de André Billy) ou 120 exemplares (*Chéri*, de Colette).

A linha editorial da Americ dirigia-se ao gosto médio do público brasileiro que lia francês, em áreas distintas: ficção, biografias, história, história literária, antologias, teatro, poesia, e a coleção de divulgação científica intitulada “*Connaissances et Culture*”.

Os autores iam dos clássicos aos ficcionistas contemporâneos de maior relevo, passando por autores desconhecidos do público brasileiro, mas que tratavam de assuntos de interesse universal, caso de *La Souffrance et Nous*, do padre Sanson. Nos cinco anos e pouco de atividade (a editora funcionou até 1946), a Americ editou 120 títulos, em 128 volumes (salvo seja), uma média de 24 títulos anuais.

Na área de ficção a preferência era pelos livros mais populares de cada autor, com predomínio absoluto dos escritores franceses dos séculos XIX e XX. Houve algumas exceções: o *Livre de la Jungle*, de Rudyard Kipling, Maximo Gorki, Edgar Allan Poe. Os autores mais editados foram André Gide e Pierre Loti (ambos com quatro títulos), seguidos por Colette, Maupassant, Anatole France e Edmond Rostand, cada um com três.

Todos os autores do século XIX editados tinham prestígio e um vasto público no país: Alexandre Dumas Filho (*La Dame aux Camélias*), Alphonse Daudet (*Sapho*), Georges Courteline (*MM. Les Ronds-de-Cuir*), Guy de Maupassant (*Yvette*, *Pierre et Jean*, *Fort comme la Mort*), Émile Zola (*Thérèse Raquin*), Pierre Loti (*Aziyadé*, *Mon Frère Yves*, *Pêcheur d'Islande*, *Fantôme d'Orient*), Anatole France (*Thaïs*, *Le Lys Rouge*, *Le Petit Pierre*), Paul Bourget (*Lazarine*).

A mesma filosofia foi adotada em relação aos autores contemporâneos: André Gide (*La Porte Étroite*, *La Symphonie Pastorale*, *Journal*, *Les Faux-Monnayeurs*), François Mauriac (*Le Mystère Frontenac*), Roger Martin du Gard (*Jean Barois*), Alain Fournier (*Le Grand Meaulnes*), Romain Rolland (*Colas Breugnon*).

Nada de aventuras editoriais. Os lances mais arriscados talvez tenham sido os lançamentos de romancistas desconhecidos do público brasileiro, vencedores dos prêmios da Academia Francesa e do Goncourt, como Marcelle Tinayre, Léon Frapié, Jean Fayard e Ernest Pérochon. Ou o livro de contos do próprio Max Fischer: *Présence du Passé*.

Na área de história e estudos figuram autores tão diversos quanto Albert Thibaudet (*Histoire de la Littérature Française*), André Maurois (*Histoire d'Angleterre*), Renan (*Pages Choiesies*), as biografias de *Dostoievski*, de Henri Troyat, e de *Dante*, de Louis Gillet, até as *Vues Politiques* de Napoleão Bonaparte.

No segmento de poesia foram lançados apenas quatro autores (Alfred de Musset, Albert Samain, Condessa de Noailles, Verlaine) e duas antologias (de poetas canadenses e de poemas de amor). Dos clássicos eternos, La Fontaine (*Fables*), Racine e Molière. No teatro, Edmond Rostand (*Cyrano de Bergerac*, *L'Aiglon*, *La Samaritaine*) e Claudel (*L'Annonce faite à Marie*).

O livro mais controverso foi a biografia de *Getúlio Vargas*, com o subtítulo de *Un Portrait sans retouches*, lançado em março de 1944, por encomenda do Governo brasileiro. A obra foi escrita (em inglês) por Paul Frischauer, jornalista francês, exilado em Londres desde 1939, e traduzida para o francês por Pierre Morel. O plano previa a sua publicação em cinco ou seis idiomas, difundindo pelo mundo uma imagem simpática do ditador, mas apenas a edição francesa foi lançada.

Desde meados de 1944, pressentindo o fim da guerra, a Americ começou a se abrigar. Primeiro, talvez como balão de ensaio, lançou uma tradução para o português, *Antes que a Morte Chegasse*, de Helen Iswolsky, e organizou a coleção Joaquim Nabuco, de obras de autores brasileiros contemporâneos.

Dirigida por Álvaro Lins, a coleção lançou nove livros, de Mário de Andrade (*Aspectos da Literatura Brasileira*), Manuel Bandeira (*Poesias Completas*), Luís da Câmara Cascudo (*Contos Tradicionais do Brasil*), Alceu Amoroso Lima (*Estética Literária*), João Francisco Lisboa (*Obras Escolhidas*, em 2 volumes), Cristiano Martins (*Camões*), Augusto Frederico Schmidt (*Poesias Escolhidas*), a 2.^a edição de *A Vida de Joaquim Nabuco*, de Carolina Nabuco, e o primeiro livro em prosa de Carlos Drummond de Andrade, *Confissões de Minas*.

As traduções foram intensificadas, com preferência por autores de expressão francesa, numa lista heterogênea que inclui *O Cristo*, de Georges Goyau, *Opiniões Políticas*, de Napoleão, *Manifesto Democrático*, de Emery Reves.

Os estudiosos brasileiros estão devendo um estudo mais detalhado da atividade editorial da Americ-Edit e de sua contribuição à história do livro brasileiro. No trabalho mais abrangente que já se escreveu sobre o assunto, *O Livro no Brasil*, de Laurence Hallewell, não há nenhuma referência à editora de Max Fischer.

Houve outras duas editoras especializadas em obras em francês, a Chantecler e a Atlântica. A primeira foi o selo editorial criado pela Livraria Victor, estabelecida na Cinelândia. Anunciava “as melhores edições francesas”, distribuídas em todo o continente. Entre outros títulos publicou *La Révolte des Anges*, de Anatole France, *Les Fleurs du Mal*, de Baudelaire, e *Les Massacres de Paris*, de Jean Cassou.

A Atlântica, instalada também no Rio de Janeiro, editou mais do que a Chantecler, mas muito menos do que a Americ. Em compensação lançou quatro livros de Bernanos em francês — *Lettre aux Anglais* (1942), que teve três edições, *Monsieur Ouine* (1943, inclusive uma edição especial de 180 exemplares, em papel bouffont, hoje extremamente rara), *Le Chemin de la Croix-des-Âmes* (1943-45) e *La France contre les Robots* (1946?) além de uma tradução para o português, o *Diário de um Pároco de Aldeia*.

Explorando os fatos da atualidade, publicou *Pétain?*, do general Chadebec de Lavalade, chefe da Missão Militar Francesa que esteve no Brasil em 1938, e a biografia de *Charles de Gaulle*, de Philippe Barrès, além de obras tão diversas como *Introduction Générale à l'Histoire de l'Art*, de Antoine Bom, e o romance *Michel Platanaz*, de Madame Sereth Neu, outra escritora francesa exilada no Brasil.

A Atlântica inovou ainda ao lançar traduções de autores brasileiros para o francês: as *Mémoires d'Outre-Tombe de Braz Cubas*, de Machado de Assis, traduzida pelo general R. Chadebec de Lavalade, e as *Mémoires d'un Sergent de la Milice*, de Manuel Antônio de Almeida, na tradução de Paulo Rónai.

~ Traduções brasileiras da literatura francesa

Apesar da escassez do livro francês, da rápida popularização da literatura norte-americana e inglesa, a França continuava sendo a principal referência e preferência intelectual para o brasileiro. Este sentimento, entre outros fatos, pode ser constatado nas festas comemorativas do tricentenário da estréia de Molière como ator (1943) e na passagem de Louis Jouvet pelo país, mantendo a tradição das companhias francesas, como a de Renaud-Barrault e a Comédie Française. O ator lançou no Brasil o seu livro *Réflexions du Comédien*, em edição da Americ-Edit.

Por sua vez, a crítica brasileira se manteve atenta à produção editorial francesa, através dos escassos livros que aqui chegavam. Atenta, apaixonada e até implacável.

Em 1942, *La Pharisienne*, de François Mauriac, conseguiu romper o bloqueio, tendo um exemplar chegado ao Brasil. Foi uma decepção, devida sobretudo à neutralidade do escritor, incapaz de denunciar o humilhante momento vivido pela França.

Lúcia Miguel-Pereira não usou meias-palavras para censurá-lo com rispidez. Preferia até acreditar que o livro tivesse sido escrito antes da guerra, pois aquela história de beatério era inconcebível em um momento tão trágico. Esperava outra coisa do grande escritor: “A tragédia da mocidade francesa, da geração da derrota, é, nesse momento, o único assunto digno de Mauriac – assunto que talvez, na França, ninguém possa tratar como ele.”

Tudo muito fácil de se dizer a milhares de quilômetros da guerra.

Mas, compreendendo a situação do escritor, lançava um apelo romântico: “Venha para a América, já que na França não pode escrever em liberdade, abandone os burgueses de Bordeaux, e dê, aqui, o livro que deve escrever – o livro que fará o mundo tremer de horror ante a paixão da mocidade francesa.”

Vivendo no Brasil e tendo quatro de seus livros lançados aqui, era de se supor que Georges Bernanos encontrasse uma boa receptividade entre os leitores brasileiros. Não foi o que aconteceu. Durante os sete anos que o escritor viveu

no Brasil apenas uma de suas obras foi traduzida, o *Diário de um Pároco de Aldeia*. A repercussão popular foi medíocre.

Em compensação, a acolhida da crítica não podia ser mais elogiosa, cabendo uma referência aos ensaios de Paulo Rónai e Álvaro Lins, os primeiros críticos em todo o mundo a escreverem sobre *Monsieur Ouine*.

As obras de Bernanos talvez fossem muito complexas para o público brasileiro, interessado sobretudo pelo romanesco, as grandes aventuras, os amores impossíveis, a sensualidade ardente. É o que indicam as traduções efetuadas no final dos anos 30 e início dos 40, com franca preferência pelos autores do século XIX. No gênero mais popular, o romance, românticos e naturalistas predominam amplamente sobre os seus colegas do século seguinte, atendendo a todos os gostos, a começar pelos autores folhetinescos, o hábil Émile Richebourg (*A Filha Maldita, As Duas Mães*), o caudaloso Xavier de Montepin (*As Mulheres de Bronze, As Doidas de Paris*).

O público brasileiro morria de amores pelos duelos à espada, as intrigas palacianas, o heroísmo pelo heroísmo de *papa* Dumas (*Os Três Mosqueteiros, O Doutor Misterioso, Os Irmãos Corsos, História dum Quebra-Nozes, A Mão de Ferro, A Boca do Inferno, Uma Noite em Florença, A Dama do Colar de Veludo*), campeão absoluto em número de obras traduzidas.

Os que dele mais se aproximaram foram Balzac (*Luis Lambert, Eugenia Grandet, Memórias de Duas Jovens Casadas, Esplendor e Miséria das Cortesãs*, e duas traduções de *Peau de Chagrin*, intituladas *A Vida por um Desejo* e *O Chagréu Mágico*) e o cético Anatole France (*O Lírio Vermelho, A Sombra do Olmo, O Manequim de Vime, O Anel de Ametista, Monsieur Bergeret em Paris, História Cômica*), cujo prestígio se mantinha intacto, 20 anos após a sua morte, depois de passar pelos ataques cerrados dos críticos e as piadinhas dos modernistas.

O universo pesado e violento de Émile Zola (*Teresa Raquin, Germinal, A Besta Humana, Acusol, Fecundidade, Por uma Noite de Amor (Une Page d'Amour)*) continuava apaixonando o leitor, assim como a arte depuradíssima de seu afilhado Guy de Maupassant (*As Termas de Mont-Oriol, Segredos do Coração (Notre Cœur), Bel Ami, Contos, Uma Vida, Pedro e João*).

Curioso que um monstro sagrado como Victor Hugo, popularíssimo no século XIX, tenha apenas uma obra traduzida no período (*Nossa Senhora de Paris*), superado por outros românticos, como Gérard de Nerval (*As Filhas do Fogo, Aurélia*), Théophile Gautier (*Mademoiselle de Maupin, Múmia do Amor (Le Roman de la Momie)*), Lamartine (*Graziela, Regina*), Chateaubriand (*Atala e Renato*), George Sand (*O Pântano do Diabo, Narciso, Ela e Ele*).

Uma prova de que o público não se contentava apenas com o leite romântico e o rosbife naturalista está na receptividade a autores como Flaubert (*Madame Bovary*), Stendhal (*Armance, O Vermelho e o Negro, A Cartuxa de Parma*) e o sutilíssimo Xavier de Maistre (*Viagem à roda do Meu Quarto*), um autor nascido no século XVIII, mas contemporâneo de todos os leitores de bom gosto.

Outros escritores novecentistas traduzidos: Pierre Loti (*As Desencantadas, Meu Irmão Ives*), Eugène Fromentin (*Dominique*), Prosper Mérimée (*O Vaso Etrusco*), Alfred de Vigny (*Servidão e Grandeza Militares*), Alphonse Daudet (*Jack, Contos da Segunda-Feira*), George Ohnet (*O Grande Industrial*), Renan (*Recordações de Infância e Juventude*), Michelet (*Joana d'Arc*), Baudelaire (*Arabescos Filosóficos*), Alexandre Dumas filho (*A Dama das Camélias*), Octave Feuillet (*Romance de um Moço Pobre*).

Entre os contemporâneos, o mais popular era André Maurois (*Conflito Sentimental* (tradução de *Climats*), *Sentimentos e Costumes, Arte de Viver, A Máquina de Ler Pensamentos, Turgueniev e a Filosofia Russa, Memórias, Os Silêncios do Coronel Bramble, Byron, Tragédia na França, O Pensamento Vivo de Voltaire*).

Os intelectuais preferiam a figura fascinante de Romain Rolland (*Antonietta, História de uma Consciência, Vida de Miguel Ângelo, Jean-Christophe*), que se pusera “*au dessus de la mêlée*”, em seu exílio na Suíça. O boato de que o escritor havia sido assassinado em um campo de concentração nazista, no início de 1944, provocou mais indignação do que a descrição terrível de muitos combates.

Escritor hoje esquecido, Maurice Dekobra (*Emigrados de luxo, A Gôndola da Quimera, O Romance de um Covarde, A Filha de Mata Hari, George*) gozava de imenso prestígio na época. Outro autor menor muito prestigiado foi Paul Reboux (*Romeu e Julieta, Cleópatra e Seus Dois Amores, A Vida Amorosa de Mme. du Barry*).

Com maior ou menor aceitação popular foram traduzidos Claude Tillier (*Meu Tio Benjamin*), François Mauriac (*Uma Gota de Veneno*, tradução de *Thérèse Desqueyroux*, por Carlos Drummond de Andrade), Claude Anet (*Ariane*), André Gide (*Os Subterrâneos do Vaticano*), Marcel Prévost (*Maria da Angústia*), Henri Ardel (*O Primo Guy*), Pierre Louis (*Afrodite, O Amor de Bilitis*), André Malraux (*Os Conquistadores*), Guy de Champfleury (*Um Diabinho de Saias*), René Bazin (*A Família Oberlé*), Maxence van der Mesch (*O Pecado do Mundo*), Gaston Leroux (*O Fantasma da Ópera*).

O mercado absorveu ainda alguns autores dos séculos XVII e XVIII: Cazotte (*Amores do Diabo*, na tradução de Camilo Castelo Branco), Voltaire (*O Ingênuo*), Molière (*O Avaro*), La Fontaine (*Fábulas*), Lesage (*Aventuras e Desventuras de Gil Blás*), estas duas em adaptação para a juventude.

O único autor de literatura infantil traduzido foi a inesquecível Condessa de Ségur (*Os Desastres de Sofia* e *As Férias*). Nas áreas de poesia, filosofia e biografia, apenas um livro de cada: *As Flores do Mal*, de Baudelaire, *Os Direitos do Homem*, de Jacques Maritain, e *Lutero*, de Funck-Brentano.

Evidentemente, trata-se de um levantamento sumário, realizado na seção de bibliografia da revista *Leitura*, no período de 1941 a 45. Uma pesquisa mais ampla pode aumentar a relação de obras e autores traduzidos, mas sem alterar substancialmente as indicações da predileção popular. De um total de 110 obras, 69 são de 27 autores do século XIX, e 36 de 17 autores do século XX. Apenas cinco obras dos séculos XVII e XVIII. É uma clara indicação da preferência do leitor brasileiro pelos autores do século XIX, se é que devemos acreditar que a argúcia dos editores representa o gosto do público.



Félix Pacheco (1879-1935)
diretor-proprietário do *Jornal do Commercio*,
autor de *Um Francês Brasileiro*,
biografia de Plancher (1924).

Óleo sobre tela 111 x 96,5 cm
de Maria Luíza Maciel Pinheiro, s/d.
Acervo museológico da ABL.

Pierre Plancher e o *Jornal do Commercio*

CÍCERO SANDRONI

Na manhã do dia 23 de fevereiro de 1824 a fragata francesa *La Cécile* passou pela barra, entrou em águas da baía da Guanabara e dirigiu-se para o ancoradouro do Rio de Janeiro, levando a bordo o tipógrafo, editor e livreiro Pierre-René-François Plancher de la Noé, e seu impressor Justin Victor Cremière. Do convés eles observaram, aliviados, a aproximação da terra que lhes daria abrigo e proteção e o editor alegrou-se, apesar do calor, por estar tão longe da Paris fria e hostil, onde, depois da queda de Napoleão, sofrera todo tipo de perseguições e passara alguns meses na cadeia. Seu crime, assim como o de outros editores de autores do Iluminismo: publicar livros considerados imorais, subversivos e revolucionários pelo regime dos Bourbon restaurado.

Quando desembarcou no cais do Rio de Janeiro, Plancher imaginava-se livre das perseguições, mas estava enganado. Ao apresentar na alfândega os documentos de identificação recebeu dos policiais do Império ordem de prisão sob a acusação de ser revolucionário e falsário. Atônito com a recepção hostil, Plan-

Jornalista e escritor. Publicou *O Diabo só Chega ao Meio-dia*, *O Peixe de Amarna*, *Austregésilo de Athayde* — o *Século de um Liberal* (co-autoria de Laura Sandroni), *50 Anos de O Dia*, história do jornal, *Cosme Velho*, passeio literário pelo bairro, e *Quase Cony*, ensaio biográfico sobre Carlos Heitor Cony. Escreve a história do *Jornal do Commercio*, a ser publicada em 2007, quando o jornal completará 180 anos de existência.

cher tentou responder mas foi levado preso, com Cremière, para uma dependência da alfândega.

Herói da resistência aos Bourbon ou tipógrafo falsário, quem era realmente Pierre Plancher? A vida desse editor francês, à época de sua chegada ao Brasil perseguido pelas polícias de duas casas reais, permanecia obscura até ser estudada, quase um século mais tarde, por Félix Pacheco. Em *Um Francês Brasileiro*, biografia de Plancher, publicada em 1924 e mais tarde ampliada e editada na França, em 1930, Pacheco informa que Plancher nasceu em Mans, departamento de Sarthe, na França, a 10 de janeiro de 1779. Seu pai, Pierre René Constant Plancher de la Noé, era “*avocat en parlement*” e “*procureur au siège présidial de Mans*”. A morte de Pierre René a 9 de junho de 1789, trinta e cinco dias antes da queda da Bastilha, deixou o filho órfão aos dez anos de idade, sem recursos e obrigado a procurar meios de subsistência na França revolucionária.

A exemplo do que respondeu Talleyrand quando perguntado sobre o que fez durante a Revolução Francesa, o menino Pierre também sobreviveu. Conseguiu um lugar de aprendiz de tipógrafo na fundação de tipos de J. Gillé, em Paris, onde demonstrou habilidade e gosto pelos trabalhos gráficos. Percorreu todos os estágios da profissão, até o de *proter*, isto é, chefe de uma oficina de impressão. No comércio de livros passou de empregado a livreiro por conta própria e mais tarde editor bem conceituado na França da sua época. Em toda essa escalada profissional, conheceu outros tipógrafos, escritores, intelectuais, filósofos, editores e livreiros que viram os primeiros dias da Revolução, o Terror, o Diretório, e mais tarde a ascensão, a glória e a queda de Napoleão. Enquanto progredia nas artes gráficas e no comércio dos livros, Plancher se aproximou desses homens e adotou algumas de suas idéias. Leitor dos iluministas, concluiu que só o regime da monarquia constitucional garantiria o exercício da liberdade de pensamento e de expressão.

A 22 de junho de 1815 Luís XVIII retornou ao trono francês. Com a restauração, a direita agressiva (os ultras), ansiosa pela volta do *ancien régime*, reunia-se em torno do conde d’Artois, irmão do rei, e começava o “terror branco”, contra os partidários da Revolução e de Napoleão. Corajoso, Plancher continuava

a editar textos filosóficos e políticos, alguns de sua autoria, a exemplo do *Adresse aux Français sur les malheurs de la Patrie*. Sua atividade de propagandista, levou-o à prisão em fins de 1815, detido quando espalhava pelas ruas de Paris o seu folheto *Le cri du peuple français*. Ao ser libertado, edita as obras completas de Voltaire, preparadas por Régnault-Warin, um dos maiores especialistas na obra do filósofo, no seu tempo. Em seguida, entre 1818 e 1819, publica em quatro volumes a obra de Benjamin Constant, sob o título *Collection complète des OUVRAGES publiés sur le Gouvernement représentatif et la Constitution actuelle de la France, formant une espèce de Cours de politique constitutionnelle par M. Benjamin Constant*, considerado desde o lançamento um clássico do direito constitucional. Alguns exemplares dessa obra, comprados por brasileiros em Paris, vieram para o Rio, onde se tornariam uma espécie de *vade mecum* dos constitucionalistas brasileiros de 1823-24.

Félix Pacheco encontrou a evidência da atuação de Plancher como editor do Iluminismo na primeira edição do *France Littéraire* ou *Dictionnaire Bibliographique* de Joseph Marie Quérard (1797-1865). No verbete sobre Plancher, estão listadas as obras por ele publicadas e entre os autores encontram-se, além de Benjamin Constant e Voltaire, Cousin, Chateaubriand, Fénélon, Samuel Johnson, La Fontaine, James Maddison, Schiller, Talleyrand-Perigord e dezenas de outros. Alguns autores de Plancher escreveram sobre o Brasil, a exemplo de Victor Angliviel de La Beaumelle, no catálogo apresentado como *ancien chef de la bataillon au service de la France, aujourd'hui général au service de l'Empereur du Brésil*. La Beaumelle escrevera *De l'Empire du Brésil considéré sous ses rapports politiques et commerciaux* em 1823, que Plancher levou para o Brasil, mandou traduzir por Luís Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, e publicou em fins de 1824.

Com a morte de Luís XVIII em 1824, o conde d'Artois tornou-se rei da França com o nome de Carlos X. Autoritário, o novo monarca reinstaura a política absolutista dos Bourbon, suspende a liberdade de imprensa, concede indenizações aos *émigrés* e restringe os direitos civis. Sob o regime de Carlos X, Plancher não teria condições de prosseguir nas suas atividades em Paris. Félix Pacheco encontrou no Quérard, na lista dos editados de Plancher, no verbete

sobre o historiador Théodore Bourg, autor do livro *De Buonaparte et des Bourbons*, a informação de que a obra deveria aparecer em cinco volumes, “*mais les nombreuses condamnations du libraire Plancher l’ayant forcé de s’expatrier, le livre fut suspendu*”. Ao procurar um lugar para exilar-se, Plancher escolheu o Brasil, que já conhecia de livros. Estava certo de que o Império mais recente do planeta era o lugar certo para escapar da perseguição de Carlos X.

Com esta expectativa, Plancher surpreendeu-se ao receber a ameaça de expulsão e prisão ao desembarcar. Ele até admitia ser acusado de revolucionário, naquele país cuja Assembléia Geral Constituinte, convocada logo após a Independência, fora dissolvida em 11 de novembro de 1823, conforme soube assim que chegou. D. Pedro I prometera uma Constituição “duplicadamente mais liberal” do que o texto discutido na Assembléia dissolvida. Mas, ao tomar conhecimento do golpe, Plancher passou a esperar o pior. Seu pessimismo tinha fundamento. Na agitação da capital do Império, e com o desenrolar do processo político daqueles dias, ninguém se preocupava com os protestos de inocência de um editor francês recém-chegado. Ele não podia sequer apelar para possíveis amigos na colônia francesa no Rio, vigiada atentamente pelo diplomata Maler de S. Maurice, ministro da Legação da França. Súdito fiel de Carlos X, Maler espionava os franceses bonapartistas desembarcados no Rio de Janeiro e para tanto contava com a colaboração da alfândega brasileira, que dedicava aos franceses um volume em separado para o registro de estrangeiros, indicando o ano de chegada, a profissão, o estado civil e outros pormenores, segundo Guilherme Auler em *Os franceses residentes no Rio de Janeiro, 1808/1820*.

Maler recebera notificação da polícia de Paris, pela fragata *La Magicienne*, que aportara no Rio de Janeiro três dias antes do *La Cécile*, sobre um tipógrafo revolucionário portador de notas falsas do Banco do Brasil e passou-a para a polícia imperial. Tal informação confirmava as denúncias do representante do Brasil em Paris, Gameiro Pessoa, que desde 1823 advertira o governo brasileiro sobre um certo tipógrafo Jean Marol, ou Marolle, que se preparava para viajar ao Brasil, com notas falsas, acompanhado do impressor Delmas. Instigada por Maler, desejoso de prestar serviços aos Bourbon, a polícia imperial

convenceu-se de que estava com os falsários Marol e Delmas nas mãos. Os documentos apresentados pelo editor francês de nada adiantaram e em certo ponto do processo as autoridades brasileiras esqueceram Marol e Delmas. Os acusados eram mesmo Plancher e Cremière, como se lia no ofício expedido pelo Paço:

“Para o Intendente Geral de Polícia – Tendo-se recebido proximamente na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros uma Nota da Polícia de Paris sobre os fins sinistros com que vieram a esta Capital o livreiro Plancher e o impressor Cremière, manda S. M. o Imperador pela referida Secretaria de Estado remeter a inclusa e mencionada Nota ao Conselho Intendente Geral da Polícia para sua devida inteligência e regulamento. Paço, em 29 de fevereiro de 1924. Luiz José de Carvalho Mello.”

Maler vencera o primeiro *round* e continuou a bater, como se vê pelo ofício seguinte:

“Para o Intendente Geral da Polícia – Manda S. M. o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros que o Conselheiro Intendente Geral da Polícia faça sair do território do Império por assim convir à segurança pública, ao livreiro francês Pedro Francisco Plancher, e ao impressor Cremière, chegados proximamente a esta Corte com intenções revolucionárias; ficando o mesmo Intendente Geral na inteligência de que estes dois franceses são os mesmos denunciados na Nota de Polícia de Paris que se lhe remeteu com a portaria de 29 de fevereiro último. Paço, em 6 de março de 1824. – Luís José de Carvalho e Mello.”

Ao tomar conhecimento do segundo ofício Plancher pensou que seria obrigado a voltar para a França, para não apodrecer num cárcere brasileiro. Mas quando soube que a obra de Benjamin Constant, impressa nos seus prelos, exercera influência na elaboração do texto constituinte de 1823 e na Carta

outorgada a 25 de março de 1824, um mês e dois dias após à sua chegada, teve ânimo para continuar na luta.

Com efeito, os textos constitucionais de 1823 e de 1824 receberam influência do *Cours de politique constitutionnelle*. Ao escrever a biografia de D. Pedro I, Octavio Tarquínio de Sousa refere-se várias vezes ao príncipe, como “o leitor do publicista napolitano Caetano Filangieri e de Benjamin Constant”. Durante os trabalhos interrompidos pelo golpe do Imperador, Antônio Carlos repetiu constantemente “a lição bem aprendida de Benjamin Constant, mestre do constitucionalismo liberal, que todos os constitucionalistas da Assembléia seguiam com devota confiança.” (Afonso Arinos, *Curso de Direito Constitucional Brasileiro*, vol. 2.) E na Carta outorgada em 1824 nota-se a influência das idéias de Benjamin Constant, que perduraram ao longo do século XIX. A criação do Poder Moderador, ou o Poder Neutro, na Carta de 1824, é idéia recolhida na obra de Constant.

Informado sobre a leitura no Brasil dos livros que editara na França, Plancher insistiu na sua inocência, mandou requerimento ao Imperador, pediu uma audiência e, embora não se saiba se conseguiu avistar-se com D. Pedro I, reuniu provas suficientes para demonstrar a Sua Majestade o engano da polícia imperial e sua condição de perseguido de Maler. Ao saber que o editor de Benjamin Constant fora preso ao desembarcar no Rio de Janeiro, D. Pedro I ficou impressionado com o catálogo e os livros que ele trazia em sua bagagem. E pelas informações do general de La Beaumelle, editado de Plancher, convenceu-se da sua inocência, pelo menos no capítulo das falsificações. O rigor da primeira hora do governo se abrandou, as intrigas do ministro francês Maler foram ignoradas e o Paço expediu terceiro ofício sobre o assunto:

“Para o Intendente Geral da Polícia – Tendo S. M. o Imperador, em benigna consideração ao requerimento do livreiro francês Pedro Francisco Plancher que acaba de chegar a esta Corte para se estabelecer nela representando o motivo por que concebera o projeto de vir melhorar a sua fortuna no Brasil, protestando não dar motivo algum de inquietação ao Governo do

País a cuja sombra pretende viver como fiel súdito e bom brasileiro do que está pronto a dar juramento, manda S. M. Imperial pela Secretaria do Estado de Negócios Estrangeiros que o Conselheiro Intendente Geral da Polícia sobreesteja na execução da Portaria que lhe foi dirigida em 6 do corrente mês sobre a saída deste francês do território do Império devendo tê-lo debaixo de toda a vigilância da polícia e exigir que preste o juramento a que se oferece assinando termo de bom comportamento com a pena de ser imediatamente expulso quando não se comporte como deve e promete. Paço, 16 de março de 1824. — Luis José de Carvalho e Melo.”

Um mês depois de seu desembarque, desfeita a intriga, o *Diário do Governo*, em seu número 69, de 27 de março de 1824, informou sobre a instalação da loja de Plancher no Rio. Pelo texto, percebe-se que em pouco tempo o francês conseguira amigos na Corte:

“M. Plancher, livreiro, impressor bem conhecido na Europa, abriu a sua casa de livros na Rua do Ourives, n.º 60. A rica coleção das obras que trouxe oferecerá aos brasileiros conhecimentos mui vantajosos pela perfeita idéia do verdadeiro sistema Monárquico Constitucional. Distinguem-se na sua coleção muitas memórias importantíssimas, tais como as de M. Perrier, de M. Roland, de M. Rioussé, onde se podem ver os horrores produzidos pelas revoluções políticas. Igualmente se fazem recomendáveis as Instituições de Direito, por M. Massabiau, o escritor que com mais erudição, com uma lógica indestrutível mostra a impossibilidade dos estabelecimentos Republicanos [...].”

E a 9 de abril o *Diário do Governo* publicava carta de alguém que se assinava O Amigo das Artes. Trechos da carta:

“Senhor redator, acabo de saber com muita satisfação que M. Plancher, livreiro e impressor atualmente estabelecido nesta Corte, prestou na Intendência da Polícia juramento de fidelidade e inteira adesão ao Império do Brasil. [...]

Plancher é uma das testemunhas que sobreviveram às calamidades da França e poderá ser mui útil nas nossas circunstâncias para abrir os olhos daqueles que desejarem reproduzir entre nós as mesmas cenas. Dizem-me que ele vai começar os trabalhos da sua Tipografia por um enérgico Discurso aos Brasileiros em que lhes fará ver quanto devem ao bom gênio que os tem desviado dos precipícios em que a França se abismou, por não ter quem se opusesse às suas multiplicadas facções. A linguagem de um estrangeiro que viu as grandes cenas de Frutidor e Brumário não deixará de ser mui proveitosa. [...] M. Plancher, assustado com estas idéias, confessa hoje que o Brasil é uma potência privilegiada, pela ordem que observa neste País tão mal figurado no antigo Hemisfério; portanto, decidiu-se a ser Brasileiro e o seu exemplo atrairá os estrangeiros cultivadores das artes, e da ciência, de que tanto precisamos para aumento de nossa civilização. Quando o Brasil chegar a este grau de polidez que M. Missabiau consigna para a consolidação das Monarquias não deveremos temer coisa alguma, porque as virtudes sociais serão as muralhas de nossa defesa. Consta-nos que S. M. I. recebe com agrado M. Plancher e julgamos que este nunca será ingrato às repetidas demonstrações de bondade que tem recebido. [...]"

Com a publicação do artigo em órgão oficial Plancher provava sua capacidade de sobreviver a situações adversas. Jamais cumpriu sua promessa de adotar a cidadania brasileira, mas manifestou sua gratidão ao Imperador em artigo publicado no primeiro jornal que editou, *O Spectador Brasileiro*:

"Sim, a minha gratidão para os benefícios de S. M. o Imperador e de muitos dos seus Ministros não tem limites; vítima de uma intriga, para que não tenho dado motivo algum, achei-me desterrado do Brasil mesmo antes da minha chegada; porém, S. M. mandando informar o meu negócio, Justiça me foi feita. Sem esta decisão eu me acharia arruinado para sempre, trazendo comigo a maior parte do que possuía e alguns obreiros franceses."



Plancher instalou-se à Rua dos Ourives, n.º 60 (atual Miguel Couto), no centro comercial da cidade. No dia 15 de maio obteve de D. Pedro I permissão para usar o título “A Imperial Tipografia – Impressor Imperial” e, depois de mudar várias vezes de endereço, instalou-se à Rua do Ouvidor n.º 90. Em pouco tempo o editor perseguido na França conquistou prestígio e respeito nos círculos culturais da cidade. Embora à época já existissem no Rio mais de dez livrarias, a maioria de propriedade de franceses, ao apresentar seus catálogos Plancher obteve excelente resposta dos clientes. Sua tipografia, moderna para a época, a habilidade do impressor Cremière e o bom gosto nas artes gráficas, evidente nos primeiros trabalhos, também foram apreciados pelos clientes mais exigentes.

Sua oficina imprimia folhinhas, leis, livros e papéis avulsos, comercializados na loja, onde também vendia e alugava, para leitura, livros franceses que “contribuíram para a formação da cultura política da jovem nação”, segundo Sérgio Buarque de Holanda, na *História Geral da Civilização Brasileira* (tomo II, v. I, p. 183). Publicou almanaques, folhinhas, guias da cidade do Rio de Janeiro e boletins de sociedades literárias e científicas. Vendia obras dos primeiros constitucionalistas liberais, economistas e românticos franceses e assim tornou mais acessível ao público brasileiro da época o conhecimento da agitação de idéias e sentimentos na Europa. Segundo o historiador Marco Morel, sua atividade editorial também inovou com a publicação sistemática de estatísticas, documentos cartográficos e coleções de leis. Ele foi o primeiro a publicar a *Collecção das Leis e Decretos do Brazil*, para registrar, nomear e quantificar dados comerciais, cartográficos, econômicos e jurídicos e assim facilitar a utilização desse material pelo governo e políticos, administradores públicos, juristas e comerciantes. Essas realizações culturais pela via impressa tinham importância estratégica na perspectiva de construção de um Estado nacional” (Marco Morel, in *Revoluciones y libros; el comercio político de la cultura en el Império del Brasil*, Istor, México; ano II, número 9).

Em pouco tempo o endereço de Plancher tornou-se local onde trabalhavam e se encontravam pessoas ligadas à cultura e à política da época, interessados

nas publicações e livros importados ali vendidos – ou alugados, no seu gabinete de leitura – e pela modernidade da oficina. Por seu prelo passaram textos de José Bonifácio de Andrada e Silva, José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, cônego Januário da Cunha Barbosa, Evaristo da Veiga, (antes de fundar a *Aurora Fluminense*, cujo primeiro número só aparece a 21 de dezembro de 1827), padre Diogo Feijó, Felisberto Caldeira Brant, Marquês de Barbacena, Francisco Gê Acaiaba Montezuma, Visconde de Jequitinhonha, Antônio Carlos de Andrade e Antônio Pereira Rebouças, entre outros.

Com o acúmulo do trabalho, Plancher contratou outros dois gráficos, personagens da história cultural do Brasil: o desenhista, impressor e inventor francês Hércules-Romuald Florence, mais tarde integrante da expedição de Langsdorff ao interior do país como segundo desenhista, ao lado de Rugendas, e Francisco de Paula Brito. Paula Brito começou na oficina de Plancher, em 1829, e aprendeu com ele não só os segredos da arte gráfica, mas iniciou-se nas leituras dos escritores brasileiros e dos clássicos. Em 1831 ele deixa a casa de Plancher e monta a sua própria tipografia, que em pouco tempo passa a ser ponto de reunião de escritores e políticos entre os quais Machado de Assis. Fundou e dirigiu o jornal *A Marmota*, que circulou até 1861, quando de sua morte.

Mas Plancher estava ansioso por participar do momento político do Império. No dia 28 de junho de 1824, com uma profissão de fé na monarquia constitucional, circula o primeiro número d’*O Spectador Brasileiro*, do qual ele era o principal redator, sob o transparente pseudônimo de “Hum francês brasileiro”. No editorial, “Dirigido Aos Ilustres e Nobres Brasileiros”, Plancher deixa evidente sua gratidão a D. Pedro I, chamando-o de Grande Gênio: “[...] um Príncipe cingido de tradições Religiosas é o vosso DEFENSOR PERPÉTUO, ele conhece o que vós sois e o que podereis ser; Ele se apresenta no campo da Glória, quer enlaçar os seus troféus com os vossos: Ele quer ser Grande convosco. [...]”

Apesar do tom adeso ao monarca constitucional dos primeiros tempos, *O Spectador* era um jornal com a feição panfletária das folhas do seu tempo, mas teve vida curta: só circulou até 21 de maio de 1827. No Suplemento do seu

número 55 do dia 18 daquele mês, o jornal publicou carta tida como insultuosa aos membros da Assembléia Geral do Império, na qual o autor defendia o ministro da Guerra, o brigadeiro João Vieira Carvalho, Conde de Lajes. O deputado José Bernardino Batista Pereira, do Espírito Santo, sugerira que o ministro deveria ser demitido do cargo por ter contra si a opinião pública, devido à má gestão quanto à guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, na Cisplatina. A Câmara, porém, de acordo com o parecer de uma Comissão, opinou contra a referida proposta, por ser o assunto da alçada do Imperador, aos deputados apenas competindo denunciar os ministros que o merecessem, como estabelecia a Constituição.

O texto publicado em *O Spectador* gerou uma crise política envolvendo a Assembléia, o Ministro da Guerra e o próprio Imperador que, sob o pseudônimo de Manuel Joaquim Pires Ferreira, em carta-artigo publicado na *Gazeta do Brasil*, jornal subvencionado pela Coroa, a pretexto de defender os deputados, lançava farpas contra a Assembléia. Em outras cartas, apresentando-se sob o título de “O Inimigo da Canalha”, o Imperador foi mais contundente. Em certo trecho, afirma:

“Sr. Redator: Ferveu-me o sangue nas veias quando vi o Suplemento d’*O Spectador* número 55, pelo modo por que o senhor D.A.J. ataca a Câmara dos Digníssimos Senhores Deputados e, segundo me pareceu, estes ataques são fortíssimos [...]”

Diante da repercussão negativa da publicação, Plancher resolveu suspender a publicação do seu jornal. Ao comentar o primeiro fracasso do francês, Nelson Werneck Sodré afirma que Plancher não se conformava, pois “tinha a coceira do jornalista”. Inconformado, o editor francês resolveu lançar uma folha diária que permanecesse cautelosamente *au dessus de la mêlée*, e que a partir do título por ele imaginado, *Jornal do Commercio* (cópia do *Journal du Commerce*, editado em Paris), demarcasse pelo nome sua área de ação: o comércio. Seria um jornal voltado para a área mercantil e também exploraria o filão publicitário.

Nas suas primeiras edições, o *Jornal do Commercio* foi quase um pretexto para a publicação, em conjunto, o boletim de Thomas B. Hunt e J.C. Ramm *Preços Correntes dos Gêneros de Importação em Grosso*, e as *Notícias Marítimas* e o *Movimento das Importações e Exportações*. Com quatro páginas de 21 cm de largura por 30 cm de altura, o primeiro número circula no dia 1 de outubro de 1827. Na primeira página, Plancher explicava sua orientação editorial:

“[...] esta folha, exclusivamente dedicada aos senhores Negociantes, conterá diariamente tudo que diz respeito ao Comércio, tanto em Anúncios, como em Preços Correntes Exatos de Importação e Exportação, entrada e saída de Embarcações, etc., etc. [...] As assinaturas se fazem na Rua d’Alfândega, n.º 47, onde igualmente se recebem, antes do meio dia, todos os Anúncios mercantis. O preço da assinatura é de 640 réis por mês pagos adiantados.”

Para Vítor Viana, diretor de redação do *Jornal* no século XX, “no meio da imprensa da época, ardentemente patriótica, ardentemente apaixonada entre as facções que se combatiam com calor, o *Jornal do Commercio* fez-se desde logo um tipo à parte, consignando informações úteis e sem participar das lutas e dos interesses dos partidos”. E na *História Geral da Civilização Brasileira*, sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda, lê-se que, entre os jornais da época, “o mais importante era o *Jornal do Commercio*”.

Além de Plancher escreviam para o *Jornal do Commercio* o médico francês José Francisco Sigaud, criador do primeiro jornal médico do Brasil, o *Propagador das Ciências Médicas*. Sigaud apresentou a Plancher dois colegas franceses, mais tarde colaboradores do *Jornal*: José Maurício Faivre e Louis Jean Baptiste Desiré Senechal. Nos primeiros tempos do *Jornal*, freqüentaram sua redação assiduamente Luís Sebastião Fabregas Surigué, Emílio Sevenne, autor de uma gramática francesa, Raymundo José da Cunha Mattos, Balthazar da Silva Lisboa e Evaristo do Veiga, antes de fundar a sua *Aurora Fluminense*.

Em janeiro de 1828 Plancher melhorou o aspecto visual da folha e adotou política comercial agressiva, ao conceder bonificações aos anunciantes, o que

fez dele, além de um pioneiro da imprensa, também um dos primeiros publicitários do Brasil, com métodos mercadológicos (o sistema de descontos) que até hoje vigoram na publicidade. Mas seu espírito irrequieto não lhe permitia ficar restrito ao noticiário comercial. Na edição de 16 de julho de 1828, antes de completar um ano, o título do jornal passou a ser *Jornal do Commercio, Folha Commercial e Política*, com a explicação: “[...] em consequência de reiteradas petições de muitas pessoas, de hoje em diante serão tomadas medidas necessárias para dedicar parte do seu jornal às notícias políticas [...]”.

Enquanto isso, na França, a revolução de julho de 1830 levou à abdicação de Carlos X no dia 2 de agosto e ao início do reinado do duque de Orléans sob o nome de Luís Filipe I, rei dos franceses, e não mais rei da França. A notícia da queda do monarca absolutista e o restabelecimento da liberdade de imprensa e de edição publicada e saudada com efusão pelo *Jornal do Commercio*, causaram impacto na política brasileira. A repercussão que teve no Rio de Janeiro a queda de Carlos X nos *Três Dias Gloriosos*, instante em que se desvanecia o prestígio de D. Pedro I, na derradeira fase do seu reinado, serviu de estímulo para a ação dos liberais brasileiros inconformados com o autoritarismo do Imperador.

Nos eventos de 1831 o espírito liberal do editor iluminista voltou à tona e Plancher não negou as idéias por cuja pregação fora perseguido na França. Segundo Félix Pacheco, “ele foi, no Brasil, um amigo do trono, enquanto o trono se manteve fiel à Carta outorgada e à liberdade. Quando Pedro I enveredou pelo absolutismo, o livreiro exilado ficou com a causa nacional brasileira e participou do movimento do 7 de abril que produziu a Abdicação.” Seu *Jornal do Commercio*, ao lado da *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, apoiou as forças que acusaram Pedro I de despotismo e exigiram a abdicação, na pessoa de seu filho de cinco anos de idade, Pedro de Alcântara, logo aclamado D. Pedro II, sendo o governo entregue a uma Regência Trina Provisória.

Ao mesmo tempo, informado sobre a derrubada em Paris do regime que o fizera emigrar, Pierre Plancher pensou que chegara a hora de voltar. Na edição de 27 de junho de 1832 o jornal publica aviso pedindo aos assinantes em débito para “se apresentarem ao escritório desta folha para pagarem o que devem”. O

aviso prenunciava a decisão tomada por Plancher de regressar à França, onde a situação política já lhe permitiria o exercício de sua profissão. Ele encontrou compradores para o *Jornal do Commercio*, a tipografia e a livraria, e pretendia deixar a casa com a contabilidade em ordem, sem débitos a pagar ou créditos a receber. A venda do negócio foi anunciada logo a seguir, em nota discreta:

“A. Mougenot e J. Villeneuve têm a honra de participar ao público que eles têm comprado o estabelecimento de tipografia e livraria, conhecida de baixo da firma Emílio Seignot Plancher, com todas as suas dependências e que, em consequência disso, eles são, a principiar do dia 16 do corrente, os únicos proprietários do *Jornal do Commercio* tendo escolhido para sua firma social a seguinte: Seignot Plancher & Cia. [...]”

Junius Villeneuve e Réol Antoine de Mougenot adquiriram, a 9 de junho de 1832, o patrimônio de Plancher por 52 contos e 664 mil réis, em contrato cujo terceiro artigo estipulava que Plancher deveria continuar algum tempo na administração do jornal; sem experiência no ramo, os compradores desejavam manter o vendedor ligado à empresa, até sua partida para a França, o que aconteceu em 4 de fevereiro de 1834. Naquela data, vinte meses depois de ter vendido o *Jornal do Commercio*, o fundador do jornal despediu-se dos seus novos donos e no mesmo dia o diário publicava carta assinada por Pedro Plancher Seignot, dirigida “Aos Brasileiros”:

“Ao deixar, talvez para sempre, esta Terra bem-aventurada, em que dez anos aqui gozei a mais benévola hospitalidade, levo comigo as mais ternas saudades de toda a Nação brasileira e a de Vós, em particular, amados Fluminenses, que acolhestes com benignidade a minha indústria e generosos recompensastes os meus trabalhos, e as numerosas publicações que empreendi, contribuindo quanto me era possível para a propagação das luzes, e o desenvolvimento da Arte Tipográfica nesta Corte. [...] Fluminenses: tenho duas Pátrias; a que me viu nascer nunca me fará esquecer da outra, que me

acolheu; [...] se a sorte não permitir que eu torne a visitar as vossas amenas praias, o que mais venturoso posso esperar, será saber que, debaixo do vosso Jovem e Interessante Monarca, livres e ditosos, chegastes ao cume do esplendor a que, pela Natureza e vosso próprio gênio, fostes reservados.”

Dez anos depois de seu desembarque no Brasil, quando foi acusado de revolucionário e falsário, Plancher podia orgulhar-se de sua intensa atividade cultural e de ter deixado, no país que o acolheu, a marca do seu espírito liberal e empreendedor. Realizado do ponto de vista profissional e em excelente situação financeira, o fugitivo da repressão dos Bourbon retornou à França, retomou suas atividades de livreiro e editor, e passou a representante do *Jornal do Commercio*. No tempo que lhe restou de vida manteve correspondência com Villeneuve e foi um excelente colaborador do *Jornal*, conseguindo os direitos de folhetins de autores importantes, como Alexandre Dumas, Eugène Sue e muitos outros.

Plancher faleceu a 18 de setembro de 1844, em Paris, na rua Cadet I bis, aos 65 anos, e foi sepultado no cemitério de Père Lachaise. Seu filho, Emílio Seignot, pouco sobreviveu ao pai: morreu a 8 de agosto de 1848. Casara-se com Marie Olympie Hubert, com quem teve três filhas: Marie, Léonie e Julie. Esta última, nascida em 8 de julho de 1842, era a única sobrevivente das três, no ano de 1924, quando a direção do jornal fundado por seu avô pediu ao cônsul do Brasil em Paris, João Baptista Lopes, para colocar flores sobre seu túmulo e assim homenageá-lo na data do centenário da sua chegada no Brasil. Três anos mais tarde, na edição comemorativa do centenário do *Jornal do Commercio*, Félix Pacheco escreveu:

“Plancher foi um amigo sincero do Brasil, ao qual prestou valiosos e reais serviços, não só como impressor, livreiro e editor, formando oficiais tipógrafos, importando as obras clássicas das letras francesas e publicando tantas outras de autores nacionais, como ainda exercendo no jornalismo de nossa terra notável influência com a criação de suas duas folhas: *O Spectador Brasileiro* e o *Jornal do Commercio*, que ainda hoje se orgulha de o ter como seu fundador.”



O Conde de Gobineau em 1869.

(Do livro *Correspondence entre Gobineau et Prokesch* – 1854-1876. Paris, 1933)

Gobineau no Brasil

JOÃO DE SCANTIMBURGO

Aceitamos que Gobineau tenha se intitulado conde, embora seja duvidoso que ele possuísse a “particule” que distingue os aristocratas dos plebeus (*roturier*). Para nós é indiferente que ele seja, ou não seja, aristocrata. Interessa-nos em Gobineau a personalidade que foi nomeado para servir no Rio de Janeiro, como legado, embora tenha se esforçado o quanto pôde para evitar a mudança para uma terra tropical na América, praticamente desconhecida do autor de numerosos livros sobre vários temas, aos quais a crítica, que não lhe era simpática, como ele desejasse, acolheu muito bem e o elevou, mesmo, à categoria de um autor que merecia a consideração da classe dos intelectuais e dos leitores que iriam ler sua obra.

Gobineau não conseguiu evitar a sua nomeação para o Rio de Janeiro, e embarcou, em 15 de fevereiro de 1869, para uma terra inteiramente desconhecida dele, onde seria bem recebido pelo imperador do Brasil, tornando-se mesmo seu amigo, e onde, paralelamente, era severo observador do povo que habitava a capital do Império e das características antropológicas dos habitantes do Rio de Janeiro. O conde de Gobineau chegou ao Brasil, fundeando o vapor em que viajava no Recife, capital de Pernambuco.

Jornalista,
ensaísta,
historiador,
autor do *Tratado geral do Brasil*,
Introdução à filosofia de Maurice Blondel, *No limiar de novo humanismo*.

Observando o cais do porto da capital pernambucana, convenceu-se de que não lhe convinha deixar o vapor em que viajava, pois o cais não oferecia segurança de desembarque e embarque. Bastava uma mudança de tempo para que ficasse difícil voltar ao vapor. Primeira decepção, portanto, essa, para um aristocrata, legítimo ou ilegítimo, não importa, que não havia conseguido a legação de Constantinopla, como tanto desejava.

Se, contudo, em Recife não saltou em terra, deixando Pernambuco desprezado, por não merecer sua presença, logo em seguida, ao chegar à Bahia, apressou-se a desembarcar, e, em carta a uma de suas correspondentes, assinalou que a capital da Bahia era a cidade que mais negros tinha no mundo – fato que era, sem dúvida, exagerado. Mas, já que estava transmitindo impressões de viajante diante de uma terra por assim dizer inédita, acentuou que as negras se vestiam como antigamente, com trajes suntuosos.

Descreve-os à sua correspondente e encerra o que, certamente, gostaria de ter escrito. Mas, o conde observador informou a sua correspondente que a cidade era muito simpática, ainda que insistisse em referir-se aos negros e mulattos como sendo a maioria da população.

Finalmente, Gobineau chega ao Rio de Janeiro, capital do Império. A baía da Guanabara desde logo o seduziu. Um espetáculo sublime, incomparável, provavelmente único no mundo. Não se compara, diz ainda, nem mesmo com a baía de Constantinopla, para onde gostaria de ter sido designado. A baía da Guanabara será a mais bela de todas as que existirem no mundo, título de glória que logo afixou ao Rio de Janeiro. E sua chegada ao posto que iria ocupar não o enfureceu, lembrando-se dos meios de que lançara mão para não vir ocupar a legação do Rio de Janeiro. Bastava à capital do Império ser dotada de tal beleza natural, das águas, das montanhas, da vegetação, que tudo enchia de prazer o espírito do escritor, o poeta e fino observador da realidade ambiente.

Instalado no Rio de Janeiro, e tendo feito saber ao imperador de sua presença na cidade, D. Pedro II mostrou-se logo interessado em recebê-lo, mesmo contra o protocolo de apresentação prévia de credenciais ao próprio imperador. O ilustre monarca não hesitou em demonstrar interesse em receber o con-

de e travar com ele conversas sobre os livros que Gobineau já havia publicado e que lhe aportara a fama de homem de letras, numa França onde pontificavam grandes nomes das letras. O próprio imperador chegou a escrever ao Barão de Cotegipe, titular dos Negócios Estrangeiros, que tinha interesse em receber Gobineau, antes mesmo da entrega das credenciais. O imperador marcara para receber Gobineau às 11 horas, e, efetivamente, o recebeu no Paço da cidade.

Essa prova de apreço e início de uma amizade iria durar, entusiasmando Gobineau, pois Dom Pedro II conhecia todas as obras do legado francês e as comentava com profundo saber. Um motivo de júbilo, portanto, para o conde francês. Dom Pedro II demonstrou, com sua atitude, que sabia deixar o protocolo de lado, quando lhe interessava fazer homenagem a um visitante ilustre, como o legado francês. Mas, por outro lado, é preciso acentuar-se, o imperador era rigoroso na obediência ao protocolo, que, por isso mesmo, era levado a sério no extremo do sentido da palavra. Foi o que impressionou Gobineau, que se manifestou a respeito com pessoas íntimas, sobretudo com suas correspondentes na Europa e seus colegas do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. O grande país tropical não era o que se dizia.

Gobineau tinha razões para sentir-se molestado pelo clima e pelo ambiente ecológico do trópico, excepcionalmente cálido no Rio de Janeiro, embora o imperador o tivesse convidado para subir a Petrópolis, onde o clima era ameno e agradabilíssimo. O trópico, no entanto, não impediu o conde de contrair enfermidade que muito o preocupou, por muito ter enfraquecido, impedido de ler e escrever, certo de que era uma inflamação duradoura, para a qual os médicos que lhe prestavam serviços não tinham meios de tratá-lo, por deficiência do serviço médico. Mas, Gobineau continuou sua vida, como a tinha assentado ao assumir o cargo de legado no Rio de Janeiro. Seu estado de saúde não o impediu, também, de assistir a festas populares e religiosas. Mas, o conde não deixa de fazer observações sobre os mulatos, cafuzos, negros retintos, todos praticando a religião nas procissões que os padres realizavam de tempos em tempos, para a veneração dos cultos nacionais e forasteiros. É extremamente curioso que Gobineau insistisse nas críticas à formação antropológica e socio-

lógica das comemorações populares, sejam religiosas ou profanas. Interessava ao conde francês a manifestação espontânea do povo, que ocorria em massa para participar em todas festas ou comemorações. Nas procissões, sobretudo a do Santíssimo Sacramento, Gobineau viu logo o imperador, imponente, carregando com outros o pálido, e perfeitamente identificado com os sentimentos religiosos da multidão que ocorria dos bairros da cidade para participar das homenagens aos santos de devoção popular, ou às festas civis, que eram em menor número, mas que, assim mesmo, eram objeto de interesse do povo.

Fato a assinalar-se foi a grande amizade que envolveu o imperador Dom Pedro II e o legado francês, conde de Gobineau. Todas as tardes, o legado francês encaminhava-se ao palácio imperial e ali, com o imperador, discutia durante horas, nunca menos de quatro, durante as quais as opiniões eram expostas e discutidas. Não raro, discordavam, e o imperador insistia para ser ouvido e aceito, enquanto o conde fazia o mesmo, mas, ao final, as conversas acabavam cordialmente, ficando o imperador contente por haver na corte uma personalidade com a qual podia ele discutir, digladiar oralmente e dialogar extensivamente, com ânimo amável, esse fator de bom entendimento entre duas pessoas da categoria do imperador e do conde francês.

O lado, por assim dizer, negativo da presença de Gobineau no Rio de Janeiro, como legado de um país rigoroso na defesa de sua população, é que esse país era a França. Mas, o Brasil tinha outra mentalidade, que se mostrava na tolerância em que viviam as raças que aqui se encontravam. Gobineau não aceitava essa tolerância. Basta o que afirmou em cartas a amigos da França: “neste deserto, salvo o imperador, não há mais ninguém neste deserto povoado de malandros.” Gobineau não cede na sua classificação demográfica do Rio de Janeiro. Para ele, todos os moradores, com raras exceções, eram pretos, malandros, mulatos e preguiçosos. Durante a sua permanência no Brasil não mudou de opinião, e o imperador, que de tudo estava a par, não fez nada nem poderia fazê-lo, para mudar o pensamento do conde francês. Deixou que ele assim pensasse, e contentou-se em ter a sua amizade para os diálogos intermináveis, durante os quais tratavam dos mais variados temas, com satisfação para um e

outro. É interessante notar que Gobineau elogia os seus compatriotas, exaltando-lhes os méritos como cidadãos prestantes, úteis aos brasileiros, aos quais manifestam estima e os servem, em todas as circunstâncias possíveis. Gobineau chegou a ser maledicente sobre seus compatriotas, mas não deixava de os defender.

A colônia francesa no Rio de Janeiro era de cerca de 20.000 ou 30.000, pois grande era a influência francesa nos costumes da classe rica, a cozinha francesa era a que predominava em todas as ocasiões de alta representação social ou política, e na saúde pública e, mesmo, particular, estava a França, com seus funcionários, atenta a tudo quanto se passava e com o socorro que era possível dar-se aos necessitados. Gobineau foi um legado que muito fez pela amizade dos dois países, e foi tratado pelo imperador como este era tratado quando visitava a França, praticamente a sua segunda pátria, tanto a admirava e tanto conhecia os seus maiores escritores. Gobineau foi o amigo fiel até o fim da vida, em 13 de outubro de 1882. O imperador lamentou compungidamente esse falecimento. Morria o amigo com quem pôde conversar, dialogar, opinar e ter um interlocutor de alta expressão literária, apesar dos críticos que não pensassem ao menos, todos eles, como o magnânimo Dom Pedro II. Esse foi o Gobineau que esteve no Brasil e esse foi o seu grande amigo, Dom Pedro II, que um golpe de Estado, dado por um militar com o apoio de outros militares e de republicanos ambiciosos, depôs para introduzir no Brasil a República. Em síntese, assim foi a presença de Gobineau no Brasil, a presença de um grande amigo, apesar de suas opiniões sobre a população.



Martins Pena (1815-1848),
o Molière brasileiro.
Patrono da Cadeira n.º 29.
Acervo do Arquivo da ABL.

Arquivo da ABL
Rio

Presença da França no teatro brasileiro

SÁBATO MAGALDI

Era natural que, descoberto e colonizado pelos portugueses, o Brasil se pautasse nas suas primeiras manifestações cênicas pelo teatro que se praticava na metrópole. Não se sabe, segundo o historiador Lafayette Silva, se os autos de Gil Vicente (cerca de 1465-1537), fundador do teatro lusitano, foram ou não representados em nosso território. Somente em 1829 uma companhia criada em Lisboa veio atuar no São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro. E seu repertório era constituído sobretudo de peças francesas, de autoria de Victor Hugo, Scribe, Bouchardy, D'Ennery, Fourrieu, Dumas, Voltaire e Delavigne, que as companhias de João Caetano e Florindo, entre outras, passaram a copiar.

Antes desse período, os jesuítas, assinalando-se o Padre José de Anchieta (1534-1597), se empenharam no propósito de fundar um teatro catequético. E já no século XVIII há narrativa de representações descritas nas *Crônicas do Cuiabá*, entre as quais a do entremez dos Sganarellos e da tragédia *Zaíra*, de Voltaire, o único autor mencionado.

Professor, escritor e crítico de teatro. Obteve o certificado de Estética da Sorbonne; doutorou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Humanas (USP), com a tese *O Teatro de Oswald de Andrade*; livre-docência na Escola de Comunicações e Artes (USP), com a tese *Nelson Rodrigues: Dramaturgia e Encenações* (1987). Autor de *Panorama do Teatro Brasileiro* (1962), *Iniciação ao Teatro* (1965), *O Texto no Teatro* (1989) e *Moderna Dramaturgia Brasileira* (1998).

A independência do País, proclamada em 1822, alterou os rumos do palco. Gonçalves de Magalhães (1811-1882) estava à frente de um grupo que incorporou lições do Romantismo. Em Paris, ele editou a revista brasiliense *Niterói* e o livro *Suspiros Poéticos e Saudades*, considerado a primeira realização da nova escola em nossa literatura. E fundamentou suas idéias no seguinte postulado: “Eu não sigo nem o rigor dos Clássicos nem o desalinho dos segundos (os Românticos). [...] antes, faço o que entendo, e o que posso. Isto digo eu aos que ao menos têm lido Shakespeare e Racine.” Se ele não concordava com o “desalinho” dos românticos, referiu-se à noção do idealismo grandioso de Corneille. Modelo que ele seguiu na trama das tragédias *Antônio José ou o Poeta e a Inquisição* e *Oligato*.

Registre-se que o grande ator João Caetano (1808-1863), ao caracterizar Martins Pena (1815-1848), fundador da comédia brasileira, chamou-o “o Molière brasileiro”. Mesmo sendo discutível essa definição, ela enaltece o papel desempenhado pelo gênio francês.

Há outra observação a ser creditada a João Caetano: nas *Lições Dramáticas*, ele analisa os desempenhos da atriz portuguesa Emília das Neves e da francesa Rose Cheri no papel de Margarida Gauthier, de *A Dama das Camélias*, de Alexandre Dumas Filho. Enquanto a primeira, na cena do espelho, no quarto ato, peca pelo exagero, com gestos violentíssimos, a segunda faz “aparecer nos lábios um fino sorriso, erguendo um pouco os olhos ao céu, e levantando frouxamente os ombros, exprimindo assim com a maior verdade, neste simples gesto, a resignação de sua alma com os efeitos progressivos da moléstia horrível que brevemente a faria sucumbir”.

O grande poeta romântico Gonçalves Dias (1823-1864), também dramaturgo de mérito, utilizou como fonte histórica da peça *Patkull*, segundo Ruggero Jacobbi, a *História de Carlos XII da Suécia*, de Voltaire. E Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) declarou que a sua “ópera” *O Primo da Califórnia* era “imitada do francês”.

Não se limitou a essa observação a estréia: ela teve como ensaiador o francês Emile Dour, abrindo em 1855 o Ginásio Dramático, inspirado no *Gymnase* parisiense, e sede da reforma contra o dramalhão histórico, substituído pelo

“drama de casaca”, símbolo da modernidade. Macedo criou ainda, entre outros textos, o drama *Lusbelá*, uma das versões brasileiras da personagem Margarida Gauthier, *A Dama das Camélias*.

O romancista José de Alencar (1829-1877), um dos maiores do Brasil, enfrentou também o teatro. Depois de analisar seus predecessores, justificou sua filiação: “Não achando pois na nossa literatura um modelo, fui buscá-lo no país mais adiantado em civilização, e cujo espírito tanto se harmoniza com a sociedade brasileira: na França.” E acrescenta: “a escola dramática mais perfeita que hoje existe é a de Molière, aperfeiçoada por Alexandre Dumas Filho, e de que a *Question d’Argent* é o tipo mais bem acabado e mais completo”. De acordo com Alencar, “o mestre francês incorporava a naturalidade ao teatro”, o qual passou a reproduzir “a vida da família e da sociedade, como um daguerreótipo moral”. “O *jogo de cena*, como se diz em arte dramática, eis a grande criação de Dumas.” Embora discutível, evidentemente, o juízo de Alencar demonstra sua adesão aos valores contemporâneos do palco francês.

Essa adesão prossegue em *O Crédito*, tributário do realismo. E em *Asas de um Anjo*, assim justificada por Alencar: “Victor Hugo poetizou a perdição na sua Marion Delorme; A. Dumas Filho enobreceu-a em *A Dama das Camélias*; eu moralizei-a n’*As Asas de um Anjo*; o amor, que é a poesia de Marion e a regeneração de Margarida, é o martírio de Carolina (sua protagonista); eis a única diferença, não falando do que diz respeito à arte, que existe entre aqueles três tipos”. O dramaturgo valeu-se ainda, em *O Demônio Familiar*, de *O Barbeiro de Sevilha*, de Beaumarchais. Na peça brasileira, o moleque Pedro diz: “Pedro tem manha muita, mais que Sr. Figaro.”

Novo exemplo da numerosa descendência de *A Dama das Camélias* no teatro brasileiro se encontra em *História de uma Moça Rica*, de Pinheiro Guimarães (1831-1877), grande êxito no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. A epígrafe da peça pertence a Victor Hugo “Oh! n’insultez jamais une femme qui tombe! / Qui sait sous quel fardeau la pauvre âme succombe?”

Machado de Assis (1839-1908), o maior escritor brasileiro, abraçou na imprensa a escola do teatro de tese, perfilhado na França por Dumas. Mas o

temperamento recolhido o aproximou, na expressão cênica, de Alfred de Musset, pertencente à geração anterior, aparentando-se a ele na fórmula dos provérbios, segundo já havia observado seu amigo Quintino Bocaiúva.

Como crítico, Machado revelou saudável abertura, demonstrada na seguinte confissão: “As minhas opiniões sobre o teatro são ecléticas em absoluto. Não subscrevo, em sua totalidade, as máximas da escola realista, nem aceito, em toda a sua plenitude, a escola das abstrações românticas; admito e aplaudo o drama como forma absoluta do teatro, mas nem por isso condeno as cenas admiráveis de Corneille e de Racine.”

As Doutoradas, de França Júnior (1838-1890), um dos verdadeiros êxitos do palco brasileiro, evoca sem dúvida *Les Femmes Savantes*, de Molière, na pedanteria vocabular das preciosas, praticada por uma das suas protagonistas.

Artur Azevedo (1955-1908), nome patriarcal do nosso palco, defendendo-se de haver parodiado, em *A Filha de Maria Angu*, a opereta *La Fille de Madame Angot*, música de Lecoq, menciona outros procedimentos semelhantes: *A Baronesa de Caiapó*, paródia de *La Grande Duchesse de Gerolstein*; *Barba de Milbo*, de Augusto de Carvalho, e *Traga-Moças*, de Joaquim Serra, paródias de *Barbe-Bleu*; *Orfeu na Roça*, paródia de *Orphée aux Enfers*; e *Cenas da Vida do Rio de Janeiro*, que teve a colaboração anônima de Machado de Assis, paródia de *A Dama das Camélias*. E ele traduziu *A Escola de Maridos*, de Molière, em redondilha portuguesa.

O Canto sem Palavras, bela peça de Roberto Gomes (1882-1922), utiliza um procedimento dramático semelhante ao de *Fedra*, de Racine: enquanto na peça francesa a protagonista revive no enteado Hipólito a figura do marido Teseu, no texto brasileiro Maurício vê em Queridinha a imagem da mãe, paixão antiga que se frustrou.

O vínculo com a França, entre os brasileiros, era tão sólido, que Oswald de Andrade (1890-1954) e Guilherme de Almeida (1890-1969) publicaram de parceria, em francês, as peças *Mon Cœur Balance* e *Leur Âme* (São Paulo: Tipografia Asbahr, 1916). Guilherme disse que a idéia foi de Oswald, que assim se justificava: “No Brasil não tem teatro ainda, mas, para ser universal, é preciso escrever em francês.” Décadas mais tarde, Raymundo Magalhães Júnior, embora

em nosso idioma, escreveu *Canção Dentro do Pão*, inspirado numa história de Diderot em *Jacques le Fataliste*.

Talvez caiba afirmar que, depois da Semana de Arte Moderna, realizada em 1922 na cidade de São Paulo, acentuando a nacionalização das nossas obras, mas vinculando-as a um contexto internacional, não tinha mais sentido o diálogo apenas com a criação francesa. Entretanto, o industrial italiano Franco Zampari, residente na capital paulista, ao criar, em 1948, o Teatro Brasileiro de Comédia, inaugurou-o, junto com *A Mulher do Próximo*, de Abílio Pereira de Almeida, apresentando a atriz francesa radicada no Brasil Henriette Morineau, que interpretou, no original, *La Voix Humaine*, de Jean Cocteau. Seguiram-se no cartaz o Grupo de Teatro Universitário, dirigido por Décio de Almeida Prado, com *O Baile dos Ladrões*, de Jean Anouilh, e *Ela, Ele e o Outro*, de Louis Verneuil, no desempenho de Aimée e Fregolente.

Ao profissionalizar-se, o TBC encenou, ao lado de outros textos, os franceses *Ele*, de Alfred Savoir; *Entre Quatro Paredes (Huis Clos)*, de Jean-Paul Sartre; *Pega Fogo (Poil de Carotte)*, de Jules Renard; *A Dama das Camélias*, de Dumas Filho; *Antígona*, de Jean Anouilh, junto com *Antígona*, de Sófocles; *Divórcio para Três*, de Victorien Sardou; *Treze à Mesa*, de M.-G. Sauvajon; *Se Eu Quisesse*, de Paul Gerdard; *Uma certa Cabana*, de André Roussin; *A Desconhecida de Arras*, de Armand Salacrou; em 1954, ano do quarto centenário de São Paulo, *Mortos sem Sepultura*, de Jean-Paul Sartre; *Um Dia Feliz*, de Emile Mazaud; *Negócios de Estado*, de Louis Verneuil; e em 1956, *Eurídice*, de Jean Anouilh; e *Mamouche*, de André Birabeau. Lembre-se que, além de Franco Zampari, eram italianos três diretores profissionais do TBC – Adolfo Celi, Luciano Salce e Flamínio Bollini Carri, e mais o belga Maurice Vaneau.

Alfredo Mesquita, fundador em 1948 da Escola de Arte Dramática de São Paulo, cujo objetivo era seguir o exemplo do Conservatório de Paris, dirigiu também no TBC *A Senhoria*, de Audiberti, e *Patate*, de Marcel Achard.

Ao erguer o seu teatro, em São Paulo, a atriz Maria Della Costa e seu marido, o empresário Sandro Polloni, foram buscar na Itália o cenógrafo Gianni Ratto, cuja primeira direção, em 1954, foi *O Canto da Cotovia (L'Alouette)*, de

Jean Anouilh, permanecendo ele no Brasil. Infelizmente para nós, não aconteceu o mesmo com Louis Jovet que, fugindo da Paris ocupada na Segunda Grande Guerra, sediou seu grupo no Rio de Janeiro, para excursionar também pelos países da América Latina, e, findo o conflito, retornou à França. Mas, pela categoria de seus espetáculos, ele sacudiu os jovens brasileiros que se iniciavam nos segredos do palco.

Quando a atriz Luiza Barreto Leite pediu a Jovet que ajudasse o teatro brasileiro, ele respondeu, segundo o testemunho de Paul Vanorden Shaw, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* de 17 de junho de 1947:

“Nem eu, nem qualquer outro europeu poder fazer alguma coisa pelo teatro brasileiro. Esse teatro deverá ser realizado por vós mesmos, com a vossa sensibilidade, com a vossa inteligência, a vossa experiência. Nós que somos o produto de civilizações demasiado requintadas, civilizações que procuram novas formas, porque esgotaram as velhas, não podemos compreender e muito menos orientar (como orientar, sem compreender?) a juventude e a exuberância que há em vosso espírito, em vossa arte, em vossas lendas, em vossas tradições. Dessa juventude espiritual, dessa arte sem requintes, dessas lendas e tradições é que deve sair o vosso teatro; nós nada podemos fazer por ele a não ser deturpar-lhe o sentido com a nossa influência de supercivilizados.”

Seria o caso de perguntar: Jovet estava sendo totalmente sincero ou apenas, tendo nascido em 1887, escondia seu desejo legítimo de retomar a carreira na França, encerrada ponto tempo depois, em 1951?

Em 1969, o diretor franco-argentino Víctor García encenou, em São Paulo, alterando completamente a arquitetura do Teatro Ruth Escobar, *O Balcão*, de Jean Genet, espetáculo considerado a primeira e efetiva revelação do espírito de Antonin Artaud no palco brasileiro.

Registrou-se também as montagens de *O Doente Imaginário*, de Molière, em tradução e adaptação de Cacá Rosset, em 1988; e da mesma comédia, em tra-

dução de Edla van Steen, sob a direção de Moacyr Góes e no desempenho de Ítalo Rossi, em 1995; e do Grupo Galpão de Minas Gerais, em 1997.

Companhias francesas que incluíram o Brasil em seu itinerário de excursão são numerosas. O historiador Lafayette Silva publicou que o primeiro conjunto francês de teatro declamado a atuar entre nós instalou-se no Teatro São Januário (do Rio de Janeiro), em 1840. Estreou a 19 de agosto, com *L'Enfant Trouvé*. Os artistas principais eram Ernesto Gervais, Rafin, Segond, Piel, Moreau, Adrien, Olivier, Gautier e Albertine. Representou mais: *O Barbeiro de Sevilha* e *Le Mariage de Figaro*, de Beaumarchais, as comédias de Molière *Le Dépit Amoureux*, *Tartuffe*, *Les Fourberies de Scapin*, *Monsieur de Pourceaugnac*, e ainda *Les Plai-deurs*, de Racine, e *L'Ecole de Vieillards*, de Delavigne.

Continua Lafayette Silva: “Até 1886 não estive no Brasil nenhum conjunto francês digno de referência. Naquele ano ocupou o São Pedro de Alcântara a notável atriz Sarah Bernhardt”, interpretando *A Dama das Camélias*. A partir daí, excetuadas poucas temporadas, teve proveitosa regularidade a vinda de elencos ou personalidades francesas ao Brasil.

Foram as seguintes as visitas que depois recebemos:

- 1888 Coquelin (considerada “a melhor companhia que tem vindo a este país”);
- 1893 grande temporada de muito sucesso de Sarah Bernhardt, com *Tosca*, de Sardou; *Fedra*, de Racine; *Frou-Frou*, de Meilhac e Halevy; e Cleópatra, também de Sardou;
- 1902 Réjane, com *Le Refuge*, de Dario Niccodemi;
- 1905 de novo Sarah Bernhardt, com *Tosca*, de Sardou (embora ela tivesse pedido para não incluir o Brasil na excursão);
- 1906 Suzanne Després, com *Le Détour*, de Bernstein; *Fedra*, de Racine; *Poil de Carotte* (*Pega Fogo*), de Jules Renard; e *Casa de Bonecas*, de Ibsen (sendo muito elogiada sua naturalidade, distante dos arroubos românticos);
- 1907 Coquelin, com *Cyrano*;

- 1908 Maurice de Féraudy, criador de *Les Affaires Sont les Affaires*, de Octave Mirbeau (também elogiado pelo realismo);
- 1909 Gabrielle Dorziat, Le Bargy e Sylvie, além de Réjane, em 15 de julho (um dia depois da inauguração do Theatro Municipal do Rio de Janeiro), apresentando *Le Refuge*, de Dario Niccodemi; e *Lolotte*, de Meilhac e Halevy;
- 1912 Cia. Dramática Francesa de Lucien Guitry, com *Primerose*, de Flers e Caillavet, e *L'Assomoir*, de Emile Zola;
- 1916 Suzanne Després e Lugné-Poe, em *Le Beau Leandre*, de Théodore de Banville; e uma cena do segundo ato de *Leur Âme*, de Oswald de Andrade e Guilherme de Almeida (levada só em São Paulo). Também em 1916 Lucien Guitry fez duas temporadas no Rio e uma em São Paulo, com *L'Aiglon*, de Rostand, e *L'Emigré*, de Paul Bourget;
- 1917 André Brulé, com *Les Romanesques*, de Rostand; e *À Quoi Rêvent les Jeunes-filles*, de Musset;
- 1918 André Brulé de novo, com *Un Soir au Front*, de Henry Kistemaekers; *L'Enfant de l'Amour*, de Henry Bataille; e *On ne Badine avec l'Amour*, de Musset; além de um espetáculo de Grand-Guignol;
- 1925 Cia. de Germaine Dermoz e Victor Francen, com *À Chacun sa Verité* (*A Verdade de cada um*), de Pirandello;
- 1926 Cia. Francesa (Jacques) Gretillat-(Valentine) Tessier, lançando *Dans une Candeur Naïve*, de Jacques Deval; *Le Tribun*, de Paul Decourcelle; *La Carrosse du Saint-Sacrement*, de Prosper Mérimée; e *Le Paquebot Tenacity*, de Charles Vildrac;
- 1928 Germaine Dermoz (Cia. Francesa de Comédia), com *Israel*, de Bernstein; e *Le Misanthrope*, de Molière;
- 1936 Cia. do Théâtre du Vieux Colombier, com Germaine Dermos, apresentando *Le Crépuscule du Théâtre*, de Lenormand; *Britannicus*, de Racine; *L'Avare*, de Molière; *Elizabeth, la Femme sans Homme*, de André Josset; *L'Espoir*, de Bernstein; *Le Luthier de Cremona*, de François Coppé; e *Le Jeu de l'Amour et du Hasard*, de Marivaux;

- 1938 Cia. Cécile Sorel, Cia. Jean Marchat e Cia. Rachel Berendt, além do Théâtre des Quatre Saisons, achando-se no elenco Jean Dasté e Svetlana Pitoeff, que encenaram *Jean de la Lune*, de Marcel Achard; *Y'Avait un Prisonnier*, de Jean Anouilh; *Knock*, de Jules Romains, e *Nationale 6*, de Jean-Jacques Bernard;
- 1939 Comédie Française (no Rio), com *L'École des Maris*, de Molière; *Le Chandelier*, de Musset; *Asmodée*, de François Mauriac; *À Quoi Rêvent les Jeunes-filles*, de Musset; *Le Jeu de l'Amour et du Hasard*, de Marivaux; *Britannicus*, de Racine; e *Le Pain de Ménage*, de Jules Renard;
- 1940 Le Théâtre du Vieux Colombier com Rachel Berendt e René Rocher, em *L'Annonce faite à Marie*, de Paul Claudel; *Les Femmes Savantes*, de Molière; *Première Légion*, de Emmet Lavery; *Le Paquebot Tenacity*, de Charles Vildrac; e *Fedra*, de Racine;
- 1945 Rachel Berendi, que nessa temporada apresentou *Une Femme Singulière*, do brasileiro Cristóvão Camargo; e ainda a Comédie, com *Hymenée*, de Bourdet; *L'Otage*, de Claudel; *Histoire de Rire*, de Salacrou; *Antigone*, de Anouilh; *La Parisienne*, de Becque; e *Feu la Mère de Madame*, de Feydeau. Em seu elenco figuravam Madeleine Robinson, Claude Nollier, Jean Marchat e Gisèle Casadesus;
- 1946 Cia. Francesa de Comédias, em *Le Père*, de Bourdet; *Noé*, de André Obey; *Les Caprices de Marianne*, de Musset; *George Dandin*, de Molière; *Le Rendez-vous de Senlis*, de Anouilh; *Poil de Carotte*, de Jules Renard; *Baisers Perdus*, de André Birabeau; e *Grâce pour la Terre*, de Jules Romains. No elenco estavam Fernand Ledoux (também diretor artístico), Claude Magnier, Mathilde Casadesus e Elina Labourdette;
- 1947 Cia. Marie Bell e Maurice Escande, com *L'Impromptu de Versailles*, de Molière, e *On ne Badine pas avec l'Amour*, de Musset; *La Marche Nuptiale*, de Henry Bataille; *Passage du Malin*, de François Mauriac; *Phèdre*, de Racine; e *Le Secret*, de Henry Bernstein;
- 1948 Cia. Francesa de Comédias, formada por Elisabeth Hajar, Julien Bertheau e Henri Rollan, com *Huis-Clos*, de Sartre; *La Double Inconstance*,

- de Julien Bertheau; *Mistigri*, de Marcel Achard; e *Napoléon Unique*, de Paul Raynal;
- 1951 temporadas de Les Frères Jacques e do mímico Marcel Marceau;
- 1952 Comédie Française, trazendo no elenco Maurice Escande, Louis Segner, Georges Chamarat e Robert Hirsch, em *Le Bourgeois Gentilhomme*, de Molière; *Le Mariage de Figaro*, de Beaumarchais; e *Les Temps Difficiles*, de Bourget; ainda em 1952, apresentou-se no Brasil o grupo *Les Téophiliens*, criado na Sorbonne para divulgação do teatro medieval, com *O Mistério da Paixão* (permaneceu no Brasil a figurinista Ded Bourbonnais);
- 1957 segunda visita de Marcel Marceau com sua companhia, e temporada do Théâtre National Populaire, dirigido por Jean Vilar, com *D. Juan*, de Molière; *Le Triomphe de l'Amour*, de Marivaux, *Le Faiseur*, de Balzac; e *Maria Tudor*, de Victor Hugo. No elenco, Jean Vilar, Maria Casarès, Daniel Sorano, Philippe Noiret;
- 1959 nova visita da Comédie Française, com *Les Femmes Savantes*, de Molière; *Port Royal*, de Henry de Montherlant, e *Le Jeu de l'Amour et du Hasard*, de Marivaux;
- 1962 Maria Casarès e Pierre Brasseur, interpretando *Cher Menteur*, de Jérôme Kilty;
- 1965 companhia encabeçada por Jacques Charon, Robert Hirsch e Raymond Jérôme, com *Un Fil à la Patte*, de Feydeau; *Britannicus*, de Racine; *Le Mariage Forcé*, de Molière; e *Le Roi se Meurt*, de Ionesco;
- 1967 nova temporada da Comédie Française, com *Les Caprices de Marianne*, de Musset; *Cantique des Cantiques*, de Jean Giraudoux; e *Le Cid*, de Corneille;
- 1970 Cia. Francesa de Comédia (Jacques Mauclair), com um Ciclo Ionesco: *Tueur sans gages*, *Le Salon de l'Automobile*, *La Jeune-fille à marier* e *Les Chaises*;
- 1973 Théâtre National Populaire, sob a direção de Roger Planchon, com *Tartufo*, de Molière;
- 1977 mais uma vez a Comédie Française, com *Partage de Midi*, de Claudel, sob a direção de Antoine Vitez;

- 1981 Le Grand Magic Circus, oferecendo *Cantiga da Desgraça*, com autoria e direção de Jérôme Savary; e *O Burguês Fidalgo*, de Molière;
- 1983 Théâtre National de Marseille, com *Les Trois Mousquetaires*, sob a direção de Marcel Marechal;
- 1986 novamente a Comédie Française, com *La Parisienne*, de Becue, e *Elvire Jouvett 40*, criação de Brigitte Jacques, a propósito das aulas de Jouvett;
- 1989 volta de Marcel Marceau;
- 1990 *Help! I'am alive*, inspirado em Ruzzante, pelo Théâtre de Complicité;
- 2000 a mais recente apresentação da Comédie Française, com *Les Fourberies de Scapin*, de Molière, sob a direção de Jean-Louis Benoit e Gerard Giraudon no papel de Scapin;
- 2003 a atriz Isabelle Huppert e o diretor Claude Regy apresentam a peça *4.48 Psychose*, monólogo da autora inglesa Sarah Kane;
- 2003 reinauguração do Teatro Aliança Francesa, em São Paulo, aberto pela primeira na vez quarenta anos antes;
- 2003 publicação do livro *Introdução às Grandes Teorias do Teatro*, de Jean-Jacques Roubine, traduzido por André Telles;
- 2004 Théâtre des Bouffes du Nord, com *Tierno Bokar*, sob a direção de Peter Brook.

Cabe ainda assinalar que, em 1987, Jean-Pierre Miquel, então diretor do Conservatório Dramático parisiense, e mais tarde diretor da Comédie Française, veio ao Brasil, para encenar *Conversations de M. Descartes avec Pascal le Jeune*, de Jean-Claude Brisville, em tradução de Edla van Steen e no desempenho de Ítalo Rossi e Daniel Dantas, no Rio de Janeiro, e Ítalo Rossi e Kito Junqueira, em São Paulo.

A conclusão óbvia é que a presença da França no teatro brasileiro tem riqueza e importância incontestáveis.



Julho 1956

ENTREVISTA COM ROBERTO ALVIM CORRÊA

Roberto Alvim Corrêa dividiu a sua vida entre a Europa e o Brasil. Nasceu em Bruxelas, em 1898, filho do pintor, desenhista e gravador Henrique Alvim Corrêa. Formado em Letras em Genebra, manteve em Paris, de 1925 a 1936, a casa Editions Corrêa, publicando obras de Jacques Maritain, François Mauriac, Charles Du Bois e muitos outros escritores franceses de seu tempo. Regressou ao Brasil em 1936, fixando-se no Rio de Janeiro, onde lecionou Literatura francesa na Faculdade Nacional de Filosofia e na Pontifícia Universidade Católica. Entre seus livros, destacam-se *Anteu e a Crítica*, *O Mito de Prometeu* e *Diário, 1950-1960*.

Em 1956, Roberto Alvim Corrêa concedeu uma entrevista a Alberto da Costa e Silva, publicada no número de julho daquele ano da revista *A Cigarra*, do Rio de Janeiro, sob o título “Roberto Alvim Corrêa declara: Estou ainda fabricando o meu passado”. É essa entrevista o que se vai ler.

Entrevista concedida a Alberto da Costa e Silva, publicada na revista *A Cigarra*, do Rio de Janeiro, número de julho de 1956.



— Não faltam críticos ao Brasil, diz Roberto Alvim Corrêa, — para esse estudioso da literatura, que já nos deu dois excelentes livros de ensaios (*Anteu e a Crítica* e *O Mito de Prometeu*) e que exerce uma atividade de constante pregação estética, — o que nos falta são os elementos necessários à vida literária. O que não temos ainda é matéria bastante, em quantidade e qualidade, para alimentá-la.

— Cada ano — acrescenta ele — saem alguns bons livros, dois ou três. O crítico, que tem de orientar toda semana os seus leitores, nada encontra de realmente significativo sobre o que falar. Um livro da importância de *Corpo de Baile*, de Guimarães Rosa, por exemplo, é coisa rara. Quase tudo que sai dos prelos é medíocre e não pode contar. Por isso sou favorável a que o crítico leve em conta também os livros estrangeiros. Porque eles influem em nossa vida literária, e são importantes para nós. Não temos o que recluir das influências. A vida do espírito é uma troca permanente, que desconhece fronteiras. Sem esse câmbio constante sobrevém a estratificação. As influências são necessárias ao progresso do espírito como o ar que respiramos. Elas refazem o sangue e mudam em força a fraqueza.

E arremata:

— Países mais evoluídos culturalmente do que nós, donos de uma enorme bagagem cultural e de uma tradição admirável, dão exemplos disso. Todos sabemos a influência decisiva que o romance e o teatro americano estão exercendo sobre as letras francesas. No campo do teatro, em França, há uma predominância marcante dos autores estrangeiros e mesmo uma redescoberta do teatro espanhol. Ano passado, Lorca e Calderón obtiveram êxitos sem precedentes nos palcos franceses. Tudo isso produzirá resultados. Tudo isso contribuirá para abrir novos horizontes ao drama francês, quer os franceses o queiram ou não. Aliás, a vontade não intervém nessa realidade.

— Isso significa que a nossa literatura será fatalmente brasileira, quer sofra influências ou não?

– Claro que sim, e será mais brasileira na medida em que sofrer influências. Nós vivemos como aquele indivíduo que não comia pão com medo de virar pão, esquecido de que, em nosso organismo, o pão se torna vida.



Roberto Alvim Corrêa está dirigindo com Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) uma coleção de pequenos livros, “Nossos Clássicos”, inspirados nos “Clássicos Larousse”. A idéia que o autor de *Hebe, ou da Educação* visa é colocar ao alcance de todos, e especialmente dos estudantes de literatura, os principais autores portugueses e brasileiros. Celso Cunha será o encarregado de estudar e seleccionar os textos dos trovadores portugueses dos séculos XII a XIV, Thiers Martins Moreira cuidará de Gil Vicente, Manuel Bandeira tratará de Gonçalves Dias, Alceu Amoroso Lima, de Bilac, Roberto Alvim Corrêa apresentará Manuel Antônio de Almeida, Carolina Nabuco terá a seu cargo a figura de seu pai, enquanto que Murilo Mendes traçará o roteiro de Jorge de Lima. Os primeiros volumes deverão aparecer, pela AGIR, dentro de uns seis meses, e serão seguidos por muitos outros, até que se cubra toda a trajetória das letras portuguesas e brasileiras.

Além disso, Roberto Alvim Corrêa prepara um grande dicionário francês-português para o Ministério da Educação e Cultura, e acaba de escrever um novo livro, *O Itinerário Francês*, em que estuda Claudel, Mauriac, Cocteau, Camus, Sartre e Albert Béguin. Aliás, ele se sente em casa quando fala de literatura francesa. Nada mais natural em quem participou dela, fundando em Paris uma das mais prestigiosas editoras de França, as “Editions Corrêa”. Ali foi, durante muito tempo, o editor do grande crítico Charles Du Bos (“o homem mais integralmente homem, no sentido superior da palavra, que conheci em minha vida”).

Alvim Corrêa editou quase toda a obra de Du Bos. Um dia, resolveu passar uns tempos no Brasil, para descansar, e aqui foi surpreendido pela guerra. Ficou e retomou a sua vocação inicial, a do ensino, pelo livro e pela cátedra,



O crítico Roberto Alvim Corrêa, para quem a literatura nacional será mais brasileira, na medida em que sofrer influências.

como professor e como crítico. Notou, como era natural, uma diferença enorme entre os meios intelectuais brasileiros e os franceses, a que já se acostumara. Verificou logo, porém, que o escritor nacional já tinha consciência de sua mensagem, e alegrou-se por encontrar aqui homens como Gilberto Freyre, Mário de Andrade, José de Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade, Jorge de Lima e vários outros, que, com as influências assimiladas, estavam construindo uma literatura altamente pessoal e característica.



— *Nunca teve vontade de ser editor no Brasil?*

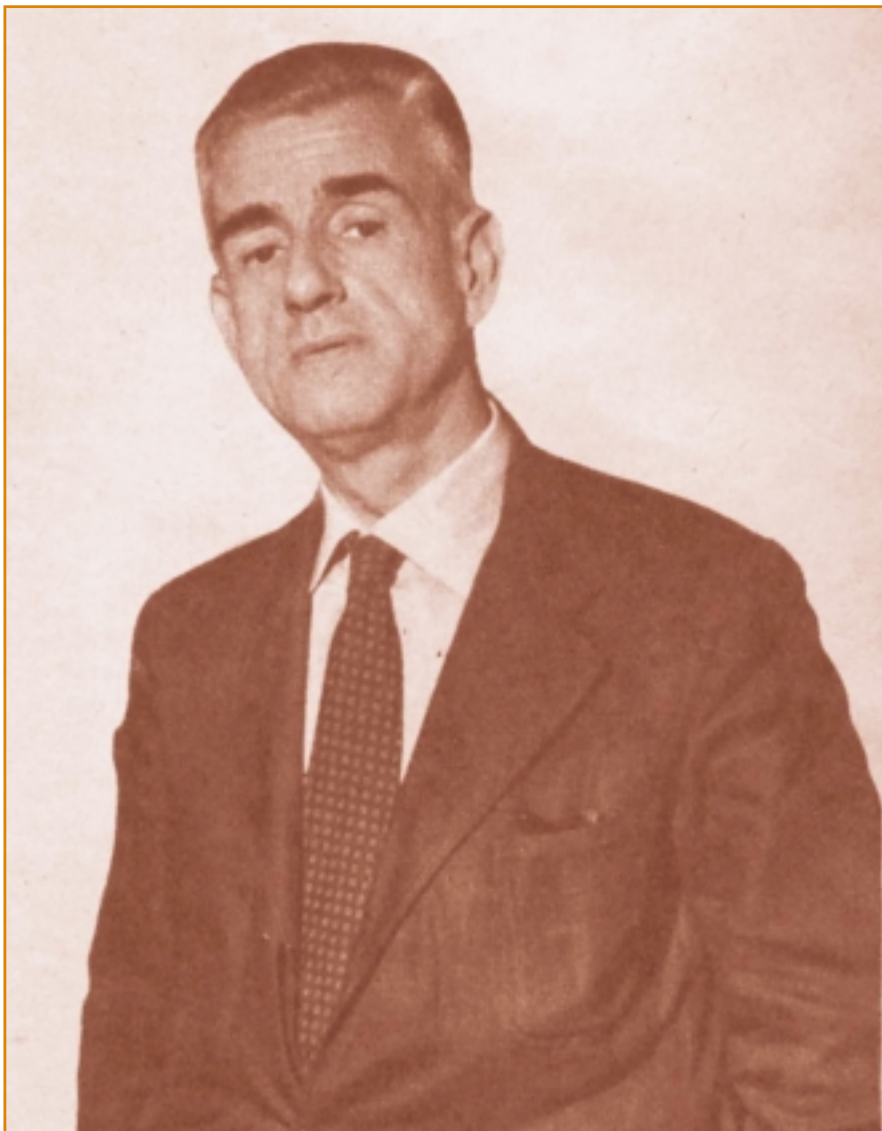
— Tive, sim. Mas nunca aceitei as propostas que me foram feitas, principalmente porque a casa que leva o meu nome ainda existe em Paris, e está viva, muito viva.

E continuou:

— No dia que puder, tenciono escrever recordações da minha vida como editor. Possuo muitos documentos interessantes, autênticos, diretos, daquela época. Mas, apesar dos meus 55 anos, ainda não me sinto bastante velho e ilustre para escrever memórias. Estou ainda fabricando o meu passado e espero muito do futuro.

Voltamos a falar sobre crítica e atingimos o assunto inevitável, o debate sobre o *new criticism*. Roberto Alvim Corrêa pensa que tudo que possa cooperar para a investigação dos documentos literários, mesmo correndo riscos, deve ser tentado e deve ser aceito, em princípio. O tempo estabelecerá a discriminação. E se, mais tarde, tivermos de voltar aos conceitos tradicionais, isso não tem importância. O máximo que pode acontecer é compreendermos que descobrimos a América um pouco tarde.





Roberto Alvim Corrêa (Bruxelas, Bélgica, 30 out. 1898 – Rio de Janeiro, 29 jun. 1983). Professor, crítico literário, ensaísta. Em Paris, fundou e dirigiu as Editions Corrêa. Fixando-se no Rio de Janeiro, ingressou no magistério. Foi catedrático de Literatura Francesa na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e das Universidades Católicas do Rio de Janeiro e Petrópolis. Prêmio Sílvio Romero da ABL. Publicou *Anteu e a Crítica* (1948), *O Mito de Prometeu* (1951), *François Mauriac, essayiste chrétien*, *Diário 1950-1960* (1960).

Editor em Paris, professor e crítico no Brasil, Roberto Alvim Corrêa tem vivido sempre à sombra da literatura. A impressão mais forte de sua vida foi a amizade com Charles Du Bos. Conheceu Gide, Mauriac, Maritain, Cocteau. Companheiro desde os bancos escolares de Albert Béguin. Lançou Charles Plisnier, e conheceu ainda Raissa Maritain (“a um tempo angélica e real”) e Emmanuel Mounier (“um apóstolo”).

O repórter perguntou:

– *Que tais são eles pessoalmente?*

Resposta de Alvim Corrêa:

– São todos parecidos com os livros que escreveram.



Chegada do casal Jacques Maritain e Raissa (*ao centro*), recebidos por Alceu Amoroso Lima (Cais do Porto, Rio de Janeiro, 1936).



Alceu Amoroso Lima, [?] e Jacques Maritain (Rio de Janeiro, 1936).
Acervo do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.

Memória de Maritain

JOSÉ ARTHUR RIOS

Quando Jacques Maritain desembarcou no Rio de Janeiro, de volta de Buenos Aires, acompanhado de sua mulher Raissa, numa fria manhã de junho de 1936, sua vasta obra já se tornara familiar a bom número de intelectuais brasileiros. Numa foto, tomada no cais do Porto, o filósofo aparece, de chapéu e cachecol pendente, tendo a seu lado Alceu Amoroso Lima, que lhe estende significativamente a mão no flagrante de uma saudação expressiva.¹

Certamente, Alceu foi o principal artífice dessa viagem. Vinha de muito antes sua familiaridade com a obra do pensador francês. Em carta a Jackson de Figueiredo, de 9 de agosto de 1927, – nessa extraordinária correspondência que documenta, como nenhuma outra, o dia-a-dia agônico de uma alma em busca da Verdade, – Alceu já citava uma frase de Maritain a propósito do grupo de *L'Esprit* que

Sociólogo,
ensaísta,
professor do
Depto. de
Sociologia e
Ciência Política
da PUC do Rio
de Janeiro. Autor
de *Raízes do
marxismo
universitário*.

¹ A fotografia está nas *Cartas do Pai*, de Alceu Amoroso Lima, para sua filha Madre Maria Teresa. São Paulo, 2003, p. 651. No mesmo livro, p. 638, outra foto de Maritain, com amigos, talvez na mesma ocasião.

iniciava na França a grande fissura da infiltração marxista nos arraiais da Igreja. “Aujourd’hui les meilleurs vont au pire”, versão na língua de Molière do velho adágio latino – “corruptio optimi pessimi”.²

Por sua vez, Jackson, escrevendo dias depois a Alceu, sugere que leia no último número do *Roseau d’Or*, nem mais nem menos que a obra de Maritain, *Primauté du Spirituel*; e, acrescenta: “Desejo muito que você o leia. Não pelo que ali se diz das relações do Estado com a Igreja que, a meu ver, melhor se resumem, quanto ao que devem ser, nestas poucas palavras: Que o Estado tudo possa, seja onipotente, mas sob a direção espiritual da Igreja.” Essa leitura e mais a de algumas páginas de Joseph de Maistre seriam, segundo Jackson, não propriamente remédios para a crise que Alceu atravessava mas “meios de você rever muita coisa de você mesmo que vai ficando para trás sob o nevoeiro das preocupações de cada momento”.³

A sugestão foi aceita. Dias depois, Alceu promete ler o livro indicado, que estaria recebendo. Revelando, mais, a significação da obra de Maritain, Alceu, invectiva Jackson: “...Seja você o nosso Maritain, que fica, mas não seja o nosso Garcia Moreno, que passa.” A alusão ao ditador equatoriano, católico que morreu assassinado, é menos importante do que a expectativa de Alceu em relação à obra do pensador francês: “E nós, cuja inteligência oscila ainda na anarquia da cultura atropelada, hesitante, contraditória e aérea que recebemos e continuamente absorvemos em nossas adegas sem ordem, precisamos muito mais de um Maritain que seja um rochedo em meio à tempestade, do que um Moreno que seja apenas um herói.”⁴

Rompia o ano de 1928. A inteligência católica francesa mal emergia da marola causada pela condenação da *Action Française* e de seu principal protagonista, o escritor positivista Charles Maurras, pelo Papa Pio XI. Daniel Rops evoca esse trágico episódio que ameaçou cindir a Igreja de França. “Foi, em toda a

² LIMA, Alceu Amoroso e FIGUEIREDO Jackson de. *Correspondência (1919-1928)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1991. Tomo I, p. 140.

³ *Ib.*, pp.162-63.

⁴ *Ib.*, pp. 271-72.

França, um verdadeiro drama. Famílias e amizades se romperam, como no tempo do caso de Dreyfus. Viu-se católicos exemplares receberem sepultamento civil nos cemitérios por se terem mantido simpatizantes da *Action Française*, sacerdotes censurados por terem trazido os santos óleos ao pai que fora condenado, casamentos e batismos celebrados clandestinamente como no tempo do Terror revolucionário...”⁵

Essa crise repercutiu entre os católicos brasileiros, na época, concentrados hipnoticamente na França, na sua literatura, em seus movimentos, seus pensadores. Foi o caso de Jackson e Alceu, o primeiro, então, muito marcado pela obra de Maurras no que representou de defesa do princípio de autoridade; o segundo, impressionado pelo “empirismo construtivo” de Maurras. A condenação da *Action Française* pelo Vaticano abalou essas admirações. E, sobretudo, a leitura de Maritain em *Primauté du Spirituel*.⁶

O Brasil não seria inteiramente desconhecido de Maritain. Entre os alunos de seus cursos no Institut Catholique de Paris, sentava-se um jovem brasileiro, Irineu Penna, que mais tarde se tornaria monge e um dos mais autorizados teólogos da Ordem de São Bento. Dom Irineu evoca a manhã, em Paris, quando acompanhou o filósofo à Gare du Nord embrulhado num casacão surrado.⁷

Muito antes, portanto de aportar ao Rio, Maritain e sua obra já eram familiares a autores brasileiros, sobretudo no meio católico. Em janeiro de 1928, Alceu indagava de Jackson se o livro *Primauté du Spirituel* não seria um conselho de volta à contemplação, isto é, no mesmo sentido da condenação da *Action Française* pela Igreja.⁸

Jackson dá-lhe razão e o remete a um livro de Benda, embora, nele, rejeite o erro da tese geral que desconhece a filosofia da Igreja, que é “e não quer ser

⁵ “ROPS, Daniel. *Un Combat pour Dieu*. Paris, 1963, p. 501, onde narra todo o drama da *Action Française*. Para uma visão brasileira, ver CORÇÃO, Gustavo, *O Século do Nada*. Rio de Janeiro, s/d., p. 175 e segs.

⁶ Cf. *Correspondência*, t. I, pp. 106-7.

⁷ Entrevista do Autor com Dom Irineu Penna.

⁸ *Correspondência*, t. I, p. 296.

senão uma regra superior de atividade, daí impor o equilíbrio entre ação e contemplação”.

Tendo vivido intensamente o drama da *Action Française*, os dois escritores não podiam ignorar as posições de Maritain, na questão, onde desempenhara importante papel. E, seguindo o filósofo, por mais reservas que alimentassem, por maior que fosse a admiração por Maurras, submeteram-se à condenação da Igreja. Essas vacilações, também as de muitos intelectuais franceses, repon-tam numa carta de Jackson, onde se declara profundamente irritado com a questão, “sobretudo pela estupidez dos inimigos da *Action Française*” – afirmação que certamente muito agradaria a Gustavo Corção, ao Corção de 1950, do *Século do Nada*. E assinala que Alceu foi das pessoas que parecem ver claro nas razões da Igreja.⁹

Noutra carta de 1928, 26 de junho, a poucos meses de sua trágica morte, o fundador do Centro Dom Vital falava ao amigo de uma releitura de outra obra do pensador francês, o *Antimoderne*: “No meio de tanta agitação, de pura miséria, que beleza a dessa afirmação pura do espírito.”¹⁰

Sempre de olhos voltados para a França, não passou despercebida a Alceu a polêmica acesa em Paris em torno de umas páginas de Jean Cocteau, do “cabotino” Jean Cocteau, que prefaciaria o livro de um protestante cheio de alusões sexuais. Maritain condenara o livro por indecente e anticristão. Contra o filósofo sublevou-se toda a elite dos convertidos franceses – Bernanos, Mauriac, Reverdy, Julien Green, e *tutti quanti*. Alceu não lera o livro em questão. Soubera da polêmica por um artigo de René Johanet. “Concordo que Cocteau é um fumiste (*sic*) e que Maritain tem seguramente razão. *Estou naturalmente ao lado de Maritain* (grifo nosso). Mas o problema é muito vasto, é o terrível problema do mal e da beleza.” Alceu se declara perplexo entre a crítica de Maritain e a reação dos escritores católicos contra a mediocridade água-de-flor dos romances sentimentalóides. O importante é seu juízo sobre o pensador católico: “...Não

⁹ *Correspondência*, t. II, p. 37.

¹⁰ *Correspondência*, t. II, p. 182.

é um medíocre ou um tímido. Maritain teve a coragem de impor ao meio católico um arlequim como Cocteau, que agora pula fora como um *clown*. Maritain não é um simples moralista, é quase um santo.” (grifo nosso)¹¹

Esses trechos da ardente, veemente correspondência entre os dois escritores bastam para atestar a importância do autor de *Theonas* para a inteligência católica brasileira.

Por esse tempo Maritain já escrevera *La Philosophie Bergsonienne* (1913), *Art et Scholastique* (1919), *Eléments de Philosophie* (1921), *Theonas* (1921), *Antimoderne* (1922). Em 1924 publicara *Réflexions sur l'Intelligence et sur sa vie propre* (1924) e *Trois Réformateurs* (1925). Da fase do *Antimoderne*, em que seu espírito gravitou na órbita da *Action Française*, passou a sofrer, após a condenação do movimento pelo Papa, forte atração pelos círculos da Esquerda francesa.

Em 1932, colaborava com Emanuel Mounier na fundação da revista *Esprit* e, depois, com os dominicanos de *Sept*, e até com a extrema-esquerda de *Vendredi* e de *Temps Présent*, fechada por decisão de Roma. Precisamente de 1936 data *Humanismo Integral* – “livro marcado pelo ‘otimismo’ da época que marcava a última correção sobre a quadra anterior da depressão e desespero”.¹² O ano, é bom lembrar, é o da Guerra Civil Espanhola e das eloqüentes condenações do comunismo pelo Papa Pio XI, dos choques entre esquerdas e direitas, do fascismo italiano e do nazismo.

É nesse clima que o filósofo nos chega, com essa imensa bagagem, sua capa de gabardine, suas cansadas olheiras e imensas hesitações. Jackson falecera a 4 de novembro de 1927, tragado pelo mar da Joatinga. A 15 de agosto do ano seguinte, Alceu, vencendo suas perplexidades, recebe das mãos do Padre Leonel Franca o que chamou “minha segunda Primeira Comunhão”. Assume a presidência do Centro Dom Vital e a direção da revista *A Ordem*, fundada por Jackson.

Anos mais tarde, Alceu iria assinalar a importância da visita do autor de *Theonas*:

¹¹ *Correspondência*, t. II, p. 278.

¹² CORÇÃO, Gustavo. *Século do Nada*, pp. 68-69.

“Foi, se bem me lembro, cerca de 1925 que Maritain começou a ser conhecido entre nós. Foi só depois da Guerra que o livro de Maritain sobre *La Philosophie bergsonienne* revelou à América esse jovem filósofo, ex-aluno do mestre da *Evolution créatrice*, cuja obra já circulava por aqui. Esse livro abriu-nos novos horizontes. Bergson se tornou, para a maioria, uma transição. Alguns se lançaram nos caminhos do materialismo dialético; outros o aceitavam como filósofo do intuicionismo vitalista, que correspondia a uma tendência espontânea do temperamento ibero-americano. Para outros, enfim, a leitura de Maritain abria os olhos para a fé católica e a filosofia tradicional que, até esse momento, lhes parecera, tanto uma como outra, incompatíveis com o pensamento científico moderno.

Dez anos, pelo menos, eram passados, desde que tínhamos recebido a revelação desses primeiros livros. Por esse tempo não era o guia espiritual que nos interessava. Era o filósofo, o discípulo de Bergson, era sua mensagem puramente intelectual.”

E resumia lucidamente:

“Que lição colhera nossa geração de Maritain? Pode-se falar de uma reconciliação com a inteligência. O que nos levava a Bergson era a decepção da razão.

Foi um verdadeiro renascimento... E, podemos dizer que nossa geração, neste passo, é devedora, sobretudo, dos ensinamentos de Jacques Maritain. O fenômeno se reproduziu em toda a América Latina... Maritain foi o revelador da inteligência a uma geração cética, agnóstica ou vitalista.”¹³

Jean-Luc Barré, em sua folhuda biografia de Maritain, passa muito por alto a sua estada no Rio de Janeiro. Refere-se apenas a um Centro Jacques Maritain, fundado no Rio, em 1925, e do qual não temos notícias. Tampouco sabemos, segundo afirmação de Alceu – citado por Jean-Luc Barré, – de um possível freio

¹³ Transcrito de BARRÉ, Jean-Luc. *Jacques et Raissa Maritain, les Mendiants du Ciel*. Paris, 1996, pp. 433-34.

à penetração das idéias autoritárias na América Latina (*sic*) pela influência do filósofo de Meudon. O próprio Maritain, em carta a amigos, informa que o Governo brasileiro teria insistido para que o casal permanecesse no país por quinze dias, todas as despesas pagas, *à ses fraís*. O que Maritain teria recusado.¹⁴

Na verdade, Jacques e Raissa pouco se demoram no Rio. A 7 de novembro, o filósofo já estava na França e três semanas mais tarde viajava para Roma, onde iria assistir a um congresso de filosofia tomista.

Nesse meio tempo, rompera, na Espanha, o *pronunciamiento* que iria resultar na sangrenta guerra civil. Os católicos se dividiriam. Fascismo e comunismo se enfrentariam no que já era uma *avant première* da Segunda Guerra Mundial. Comunistas e anarquistas fuzilam padres, violam freiras, incendeiam igrejas. Os franquistas respondem com excessos e violências. Os católicos franceses tomam partido. A Espanha se torna o campo de treinamento onde o exército alemão ensaia o que seria a guerra total. Em abril de 1937, a Legião Condor, de Hitler, bombardeia a pequena cidade basca de Guernica. Dois mil mortos.

Desde abril de 1936, Maritain preparava a publicação de *Humanismo Integral*, onde combatia, por igual, a idéia de uma cristandade teocrática e todas as formas do individualismo burguês ou revolucionário. Propunha “uma transformação radical e cristã da ordem temporal através de uma renovação profunda da consciência religiosa”. O livro, publicado dez anos após as Encíclicas sociais de Pio XI, inspiraria a formação de um laicato católico e anunciava a abertura doutrinária do Concílio Vaticano II.¹⁵

Nos entrechoques e incompreensões da época, duramente atingido pelas críticas de amigos, como o Padre Garrigou-Lagrange, que o advertia de um suposto pendor para a Esquerda, Maritain chegou a temer que seu livro fosse posto no Index. Do lado de Roma sentia “grandes mal-entendidos.”

Foi assim, nesse clima de apreensões e perturbações, que embarcou para Buenos Aires a fim de participar de um congresso do PEN Clube.¹⁶ Na volta,

¹⁴ *Ib.*, pp. 436-37.

¹⁵ *Ib.*, p. 431.

¹⁶ LIMA, Alceu Amoroso Lima. *Companheiros de Viagem*. Rio de Janeiro, 1971, p. 175.

o navio fez escala no Rio, quando Alceu conheceu pessoalmente o filósofo, primeiro de muitos encontros que se repetiriam na França, em Meudon, na residência do casal, depois em Princeton, Linden Lane, 26, na casa modesta tão bem evocada por Alceu, onde Maritain e Raissa foram se abrigar fugindo à derrocada da França, à tragédia da ocupação alemã. Aí escreveria, em inglês, algumas obras – *Os Direitos do Homem e a Lei Natural* (1942), *Education at the Cross-roads* (1943), *The Twilight of Civilization* (1943). Lutava contra “a imaginação” – escrevia a Charles Journet – “que me mostrava os aviões alemães sobre Paris e sobre Meudon”.¹⁷

Fugia também à ameaça de extermínio à qual se expunha por suas origens judaicas. Aí viveu os dias agônicos da Guerra Civil Espanhola, as dolorosas cisões e incompreensões de católicos, até de alguns amigos que denunciavam suas atitudes “comunizantes”. Na realidade, Maritain censurava Mounier, o Mounier da revista *Esprit*, onde o filósofo colaborara, por ignorar os massacres de sacerdotes e religiosos praticados pelos stalinistas espanhóis e pelos anarquistas catalães.¹⁸

Dessas visitas a Maritain, Alceu escreveria, em 1960: “As horas que passei em Linden Lane, 26, contarão como das mais gratas da minha vida. [...] Não pode ter havido jamais na terra quem excedesse em plenitude a vida desse casal perfeito.”¹⁹

Por esse tempo, o meridiano Maritain passava por um velho sobrado da Praça Quinze, no Rio. Era a sede do Centro Dom Vital. Aí um grupo de fiéis cultivava a obra do pensador e o tinha como guia e mestre. Em junho de 1946, *A Ordem*, órgão do Centro, dedicava um número inteiro a comemorar o quadragésimo aniversário da conversão do casal Maritain. O que foi o testemunho de Jacques e Raissa Maritain e de Vera Oumançof (irmã de Raissa e que acompanhou o casal), seu testemunho e atuação no mundo cristão, desde

¹⁷ BARRÉ, Jean-Luc, op. cit., p. 429.

¹⁸ *Ib.*, p. 439.

¹⁹ LIMA, Alceu Amoroso Lima. *Companheiros de Viagem*. Rio de Janeiro, 1971, p. 176.

1906, todos sabem. E o redator evocava não só a obra filosófica, mas o exemplo humano e cristão dessas três vidas.²⁰

Nesse número da revista do Centro Dom Vital, Alceu produziu alentado ensaio sobre a Filosofia sintética de Maritain, que o autor assim qualifica por ver nela principalmente “uma reação essencial contra o *dialetismo* dominante em nosso tempo.” Alfredo Lage aí escrevia sobre a distinção fundamental, na obra do filósofo, entre indivíduo e pessoa.

Nesse mesmo nutrido número de *A Ordem*, Afrânio Coutinho deixa precioso “Testemunho”. Por ele sabemos que Maritain teria andado pela Bahia “oito anos antes”, isto é, em 1934, quando Afrânio o teria conhecido! Em janeiro de 1942, nos Estados Unidos, o crítico baiano renova esse conhecimento. Era quando Maritain dividia sua atividade docente entre Toronto e Princeton, com o que sustentava-se e às duas irmãs, Raissa e Vera. “De longe avistei a sua bela figura que avançava na minha direção e, não posso exprimir a emoção que me deu o encontro. Embora forte, estava naturalmente mais encanecido do que quando o encontrei pela primeira vez na Bahia, cerca de oito anos antes. Mas era a mesma fisionomia angélica, a mesma irradiação de bondade e doçura.” Afrânio assistiu ao primeiro curso de Maritain na École Libre des Hautes Études, da qual o filósofo fora um dos fundadores, mais tarde seu presidente, e que visava a manter na América a tradição da cultura universitária francesa. O curso versava sobre “Liberdade e Determinismo” e era voltado para problemas de Filosofia Moral. Na primavera de 43, Afrânio assistiu ainda a outro curso de Maritain sobre “Estética e Poesia”. Impressionou-o no filósofo sua largueza de espírito, as dimensões de sua compreensão, sua modernidade e seu anti-reacionarismo.

Em fevereiro de 1945, Maritain se despedia dos Estados Unidos, para assumir o posto de Embaixador junto à Santa Sé, designado pelo General De Gaulle. Despediu-se de Afrânio Coutinho com uma frase otimista: “Nous verrons des jours meilleurs.”

²⁰ *A Ordem*, maio/junho, 1946, passim.

Edgard de Godói da Matta Machado escrevia, nesse número de *A Ordem*, sobre “nosso mestre Maritain” e resumia suas lições: “Não foi apenas um mestre de doutrina, mas um exemplo humano [...] A ação de Jacques Maritain sobre nós representa algo assim como uma libertação e, ao mesmo tempo, uma integração.”

Fábio Alves Ribeiro, que desempenharia papel importante no Centro Dom Vital, dedica páginas de grande densidade a um resumo da obra capital de Maritain, *Les Degrés du Savoir*. Para ele, o sentido maior do livro estaria no subtítulo, “distinguir para unir”, a demonstração da continuidade orgânica entre os diversos graus do saber humano.

Outros escreveram sobre a contribuição de Maritain à Filosofia Política. O problema da democracia, na época, era essencial. Para Gladstone Chaves de Melo, ninguém apurou como Maritain o verdadeiro conceito de democracia, distinguindo na concepção democrática do homem e da sociedade um elemento subjetivo e um elemento objetivo, ou seja, “um estado de espírito democrático” e uma “doutrina democrática”. E lembrava a essência evangélica da democracia.

Em curto ensaio, Guerreiro Ramos, recém-chegado ao Rio, por esse tempo, e ainda católico praticante, afirmava: “o que uma parte da minha geração deve, sobretudo a Maritain, é a redescoberta da pessoa humana, este delicado universo, diante do qual, segundo ele, o próprio Deus se detém respeitoso.”

De todos esses depoimentos, entretanto, o mais extraordinário – pela importância do depoente e por toda a circunstância do fato narrado – é, sem dúvida, o de Gustavo Corção. Vale transcrevê-lo, pela forma e pela substância:

“Foi em 1936, quando Jacques Maritain voltava de Buenos Aires e, de passagem, fez uma conferência sobre psicanálise, no Rio. Na véspera eu vi a notícia da passagem do filósofo e, como já tinha recebido um livro seu, guardei o recorte com a entrevista e o seu retrato. Uma entrevista como as outras, uma fotografia como tantas. Mas guardei-as. Ora, à tarde, por acaso, estando no meu quarto, ouvi o rádio do vizinho e percebi que estavam irra-

diando a conferência. Fui tomado de um sobressalto bizarro. O primeiro impulso foi o de ligar o meu rádio; o segundo foi o de fugir. Mas o resultado final e contraditório foi este: fechei a janela e as portas, abri em cima da mesa o recorte de jornal com a entrevista e o retrato e fiquei, colado à janela, quase a contragosto, quase forçado, a ouvir uma voz deformada pelo rádio, distante, falando em língua estrangeira sobre um assunto que não me interessava, em nome de uma doutrina que me irritava. E, o fato verídico, ridículo, insignificante, banal, inenarrável é que houve, naquela tarde, um indivíduo que se encostou numa janela fechada (com medo de um ladrão!) e que sentia, fora de qualquer dúvida, de um modo bizarro e novo que aquela voz falava para ele como num sonho. E, o fato verídico, ridículo, abstruso é que, naquela tarde, para espanto de Freud, se o soubesse, para pasmo de Maritain, se o adivinhasse, houve um pobre indivíduo que chorou a propósito da psicanálise.”²¹

Depois dessa página Corção não precisava, a rigor, em breves páginas, tecer outras considerações, por exemplo, que “o vértice da obra de Maritain é a restauração do humanismo”. Nem acrescentar que os livros de Maritain vieram completar “o fortuito cruzamento de itinerários ao qual, e na medida em que é possível avaliar, eu devo a Fé”. No livro autobiográfico que lhe daria fama, foi incisivo: “Maritain trouxe-me a retificação da inteligência e encheu-me de outra confiança que se vestiria da Fé.”²²

Outros autores vieram trazer sua inestimável colaboração a esse ramalhete em homenagem ao aniversário da conversão de Maritain, todos representativos do pensamento católico: sacerdotes como o Padre Orlando Machado, leigos como Orlando Carneiro, Sílvio Elia, mineiros como H.J. Hargreaves, pernambucanos como Luiz Delgado – todos unânimes em consagrar a importância do filósofo na trajetória intelectual e na conversão de cada um.

²¹ CORÇÃO, Gustavo. “Jacques e Raissa Maritain”. *A Ordem*, maio/junho, 1946, p. 473.

²² CORÇÃO, Gustavo. *A Descoberta do Outro*. Rio de Janeiro, 2000, p. 112.

Na história das idéias, no entanto, ao contrário das películas de Hollywood, nem sempre há finais felizes. O pensamento tem ascensões e declínios, voltas e revoltas inesperadas, ascensões e quedas. Dos dois maiores pensadores católicos brasileiros, Alceu e Corção, cada um de certa forma, à sua maneira, afastou-se, no fim da vida, da obra e do pensamento do Mestre.

Alceu teve sempre em mente a pessoa e a obra de Maritain. Em 9 de outubro de 1958 escrevia à sua filha, Tuca, hoje Madre Maria Teresa, o.s.b. “V. bem sabe que o caso Maritain está sempre no meu espírito...”²³ Referia-se, como esclarece em nota o editor, às investidas de católicos integralistas contra o filósofo quando da publicação, no Brasil, de seu livro *O Homem e o Estado*, aliás traduzido por Alceu. E acrescenta: “A pessoa e a obra de Maritain foram marcantes na vida de Alceu.” No mesmo ano, Alceu preocupava-se com o destino dos livros do amigo. Receava algum decreto condenatório do Santo Ofício.

Em dezembro, descreve a visita a Maritain e a Raissa, na residência deles em Princeton. Nessa carta traça um retrato do filósofo, “sempre com aquele angélico sorriso, magrinho, pálido como sempre, com as *pochettes* dos olhos bem acentuadas, mas sempre o mesmo, aquela aparência etérea e um certo cansaço no ouvir e no falar.” Um ano depois, lia *Liturgie et Contemplation*. “Como sempre Maritain é o equilíbrio, o balanço, a proporção.” E receia que outros tirem dele o que não disse – uma posição antilitúrgica. Em novembro de 1960, descreve a sessão do Centro Dom Vital em que leu o telegrama de Maritain comunicando a morte de Raissa – “*entrée dans la lumière*”. Carta comovente.

No entanto, em 1963, numa carta que teve os parágrafos iniciais suprimidos, pelo editor, receia que o acusem de deixar Jackson e Maritain. “Nem deixei o Jackson, nem hoje deixei o Maritain [...]. Sinto-me tão ligado a Jackson como a Maritain, hoje como ontem.” Mas admite certa atração pelo “evolucionismo espiritualista” de Teilhard de Chardin. E, em janeiro de 64, acha o filósofo de Meudon “exageradamente preso ao tomismo”, embora sempre maravilhoso.

²³ LIMA, Alceu Amoroso. *Cartas ao Pai*, pp. 5, 55, 68, 137, 261.

Mas a revolução copérnica de Alceu parece ter-se dado em começos de 64, embora ainda invoque a sombra de Maritain curiosamente irmanado a Thomas Merton, Dom Leme e João XXIII. Explica essa reviravolta por sua “inclinação natural, anterior a todos, mesmo contra o Jackson, de conciliação dos contrários, de acomodação, de antipolêmica. Nisso tudo teria influído o contato com o catolicismo francês, sobretudo um artigo do Padre Congar, “Dieu est-il à droite?”, que lhe teria aberto os horizontes (*sic*). “Por muito tempo”, conta, “me senti obrigado (*sic*) a pensar de modo diverso do meu temperamento para estar na linha do vitalismo (vitalismo aí é mera alusão ao Centro Dom Vital) que o Jackson tinha imaginado com o seu autoritarismo reacionário (*sic*)... Precisava ser eu mesmo, quaisquer que fossem os obstáculos.”²⁴

Esse liberalismo, individualista, nesse jovem de setenta anos, o distanciaria mais e mais de Maritain, cujo “rigorismo” freava essas expansões juvenis. Até que, em fevereiro de 64, parece afastar-se definitivamente do mestre de Meudon e Toulouse e aproximar-se de Thomas Merton, “o escritor católico de nossos dias”, e de Teilhard, que passou a considerar “dentro da tradição tomista”, embora ressalvasse que ele, Alceu, não estaria se apartando do Maritain homem e cristão. Só Merton, no entanto, lhe trazia um sentimento de plena identificação. A condenação de Teilhard pelo Santo Ofício não o perturbou. Segundo lhe contou o Embaixador Maurício Nabuco, a sanção teria sido completa, não fora a generosa intervenção do Papa João XXIII. E, em fevereiro de 64, declara taxativamente que Thomas Merton é o escritor católico “que mais me enche as medidas e que leio em consonância absoluta”.²⁵

À medida que passa o tempo, Alceu vai se desprendendo de Maritain e se identificando a Teilhard. Chega a ponto de recusar a qualificação de tomista.²⁶

Não vamos acompanhar os malabarismos desse espírito inquieto. Sem dúvida, os acontecimentos de 64 e a ruptura com Corção tenham contribuído a

²⁴ LIMA. Alceu Amoroso. *Cartas ao Pai*, p. 322.

²⁵ *Ib.*, p. 335.

²⁶ *Ib.*, pp. 500, 505, 529, 558-59.

afastar Alceu de Maritain e o teriam lançado em labirintos filosóficos nos quais nunca se sentiu à vontade.

Quanto a Gustavo Corção, jamais se afastou do tomismo ou repudiou o Maritain filósofo. “A obra filosófica de Maritain permanece para mim inalterável, com reservas na filosofia política contida em *Humanismo Integral* e *Democracia e Cristianismo*.” Apenas nisso discordava de seu amigo Alfredo Lage, que se afastou de Maritain somente a partir de *Le Paysan de la Garonne*. Para Corção, os equívocos de Maritain, em matéria de filosofia política, já teriam começado em 1936, quando escreveu *Humanismo Integral*.

Para demonstrar sua tese, Corção escreve um livro inteiro, *O Século do Nada*, cuja finalidade principal é provar as influências e reticências de *Le Paysan de la Garonne*, no que dizia respeito à infiltração comunista no clero e na Esquerda católica francesa. Enquanto Maritain se esforçava por demolir o teilhardismo como filosofia, seu hegelianismo, Corção procura afirmar as vinculações entre teilhardismo e marxismo.²⁷

Corção não se cansa de afirmar: “Devo lembrar que não é a obra e a especulação filosófica de Maritain que está na berlinda, nem é também sua filosofia política, é antes sua política filosófica, ou melhor, é o que faz de sua filosofia, de seu prestígio, de seu nome e, até mesmo, de seu corpo nos ângulos decisivos da História.” Corção acusa em Maritain certo dualismo psicológico. “Em contraste com sua enorme capacidade de especulação abstrata, Maritain evidencia uma congênita fraqueza em face das constelações singulares de coisas e pessoas concretas.”²⁸

Escreveu certa vez: “Os católicos não são o catolicismo. Os erros, a lentidão, as carências e cochilo dos católicos não comprometem o catolicismo. O catolicismo não tem que fornecer um alibi às falhas dos católicos.”²⁹ Na contraluz desses debates, percebe-se, nos contendores, a veemência de uma convicção, o amor à Verdade, a dedicação à Igreja.

²⁷ CORÇÃO, Gustavo. *O Século do Nada*, pp. 63, 66.

²⁸ *Ib.*, pp. 230, 239.

²⁹ BARRÉ, Jean-Luc. *Jacques et Raissa Maritain, les Mendians du Ciel*. Paris, 1996, p. 417.

Não sabemos se, em algum momento, o filósofo de Meudon tomou conhecimento da crítica de Corção ou do distanciamento intelectual de Alceu. Alceu faleceu, em Petrópolis, a 14 de agosto de 1983, aos 89 anos, depois de Corção, que expirou em 6 de julho de 1978.

Maritain cultivou a amizade de Thomas Merton, ouvi-o ler seus poemas e escutava Bob Dylan ao pé da lareira, no Mosteiro de Gethsemani, no Kentucky.

Após a morte da Raissa, em julho de 1970, perto dos seus 80 anos, ingressava no convento dos Petis Frères de Jésus, os Irmãozinhos do Père Foucauld. Tornou-se um irmãozinho como os outros, o Irmão Jacques, vestido no seu burel. Nunca deixou de receber os amigos e discípulos que vinham de toda parte para vê-lo, ouvi-lo. Entre eles, um brasileiro, Antonio Carlos Vilaça. O que mais impressionou Vilaça foram os olhos de Maritain, “uns olhos límpidos, límpidos, de infância, olhos sem nuvens”. Entre outras coisas, disse: “Cristianismo é humildade.”³⁰

Morreu num Sábado Santo, a 28 de abril de 1973. Como pedira, foi sepultado em Kolbsheim, na Alsácia, junto de Raissa. Na lápide, apenas um nome: Jacques. Nesse dia de florida primavera, segundo um amigo, perpassava no cemitério um rumor de anjos.

Rio, março de 2005.

³⁰ A entrevista, ao que parece, não foi gravada, apenas reproduzida. Está em VILAÇA, Antonio Carlos, *O Livro de Antonio*. Rio de Janeiro, 1974, pp. 15-31.



Marcel Proust (1871-1922), c. 1891.

A dimensão de Proust

ANTONIO OLINTO

Há noventa e dois anos eram postos nas livrarias de Paris os primeiros exemplares de *Du Côté de Chez Swann*, primeira parte de *À la Recherche du Temps Perdu*. Exatamente em 14 de novembro de 1913 Proust via realizado seu sonho, embora houvesse tido de financiar a edição do livro que fora recusado pelo *Figaro* em 1910 e por Fasquelle, pela *Nouvelle Revue Française* e pelo editor Ollendoff em 1912 e começos de 13. Afinal, Bernard Grasset aceitou publicá-lo, o autor pagando.

Em primeiro lugar, seus antecedentes. Pode-se dizer que o ambiente registrado no *À la Recherche* saiu do mesmo ambiente que provocara *À Rebours* de Huysmanns em 1884. O realismo chegara a um exagero e Huysmanns classificava os jovens de seu tempo como a geração anti-Zola. Em toda a Europa, mas principalmente na França e na Inglaterra, surgia o espírito do *art-nouveau*, o prazer do que se poderia chamar de decadência (embora, num cômputo mais alto, não o fosse), um misticismo geral e uma consciência de que tudo mudava. Já com Dante Gabriel Rosseti e os pré-rafaelitas da Inglaterra essas mudanças se mostravam fortes, e eu colocaria em Walter Pater, e nos seus livros *The Renaissance* e *Marius the Epicurean*, dois antecedentes

Professor, jornalista, ensaísta, poeta, romancista, crítico literário de *O Globo* ao longo de 25 anos, colaborou em jornais de todo o Brasil e de Portugal. Na poesia publicou desde *Presença* (1949) a *Tempo do Verso* (1992). Seus romances *A Casa da Água* (1969), *O Rei do Keto* (1980), *Os Múveis da Bailarina* (1985), *Trono de Vidro* (1987) e *Alcácer-Kibir* (1996) foram traduzidos em várias línguas.

do esteticismo de Proust, embora neste a obra de arte viesse a assumir papel mais importante e a se identificar com a base do sentimento religioso no homem. Walter Pater iria influir também na geração de Oscar Wilde, outro homem com o gosto da vida social. A influência mais próxima e, claro, manifesta, foi a de Ruskin, o autor de *Lilies and Sesame*, cujo esteticismo, de caráter protestante mas catolicizante, podia ser absorvido talvez com mais força do que o de Pater por um católico-judeu como Proust.

Todo romancista recebe, naturalmente, influências de gente, e aí o mais decisivo na vida de Proust e na sua carreira de escritor foi o Conde Robert de Montesquiou-Fezensac. Muito se escreverá ainda sobre Montesquiou que, além de influenciar Proust, foi o modelo do mais avançado personagem de ficção da época: o Des Esseintes de *À Rebours*. Nessa linhagem de Rossetti, Pater, Ruskin, Huysmans, Montesquiou, estava a culminação do século XIX e o nascimento do XX. No meio de tudo, Proust não passava, para a grande maioria, de um *dandy*, de uma figura social sem importância, um amador que frequentava os salões sociais do período, bem recebido em alguns, talvez apenas tolerado em certas casas, e de quem não se poderia esperar grande coisa. Parte das dificuldades para lançar seu livro se deveu a essa idéia preconcebida. Para outros, Proust era protegido em demasia, protegido por Anatole France, por Montesquiou, pela situação financeira estável da família Proust, pelas donas dos salões literários da moda em Paris – e ninguém via – ou muito poucos o faziam – que a proteção, por exemplo, de Anatole era mais prejudicial do que qualquer outra coisa. Veja-se o prefácio quase tolerante escrito para *Les Plaisirs et les Jours*, livro de estréia de Proust. A própria reação de Gide ao recusar *Swann* na *Nouvelle Revue Française* vinha desse preconceito. Era como se um cronista social de nosso tempo – que tivesse sido apenas cronista social a vida toda e que, por causa disso mesmo, fosse atacado como arrivista e menosprezado intelectualmente, aparecesse de repente com uma obra do tipo de *Swann*. Os que vivem de rótulos não o aceitariam. E atente-se para o fato de que às vezes, quanto mais prestigiado no campo intelectual, mais preconcebido costuma ser um homem, que pode inclusive ter medo de concorrências inesperadas. Aí, é bom



Conde Robert de
Montesquiou-Fezensac
Retrato de Lucien
Doucet, 1879.
Musée national du
château de Versailles.

eliminar logo esses concorrentes. Naquele começo de século, tudo já estava mais ou menos distribuído: valor, fama, prestígio – quem era esse Proust que vinha agora perturbar a paz dos escolhidos?

Repito: quem era esse Proust que conseguia perturbar a paz dos escolhidos naquele segundo decênio do século? Era um homem que vinha fazer uma revolução e mudar os caminhos do pensamento das gentes através de um relato de ficção-realidade. Comentando o Prêmio Goncourt, conquistado por Proust em 1919 com *À l'Ombre des Jeunes Filles en Fleur*, dizia Jacques Rivière que há revoluções mais profundas que os falsos revolucionários, os puramente políticos, não vêem. Assim, enquanto muitos na França, naquele período que foi de 1910 a 1920, procuravam ser vanguarda apenas através de atos de desobediência (desobedecer às leis da gramática – de qualquer gramática, lingüística ou social – e combater em tudo o que hoje chamamos de Estabelecimento), enquanto escritores engajados em movimentos políticos insistiam em determinar os possíveis caminhos que a literatura devesse seguir – eis que aparecia um homem desligado de tudo, um talvez *bon-vivant*, um componente da melhor sociedade local, um amador, diziam, que lançava um livro reacionário. Foi com esse adjetivo que praticamente toda a imprensa francesa da época rotulou a obra. Como podia esse amador ganhar o Prêmio Goncourt de 1919 concorrendo contra Roland Dorgelès, que escrevera um romance de guerra, participante, político, chamado *La Croix de Guerre*? Em dez votos, Proust obtivera seis contra quatro dados a Dorgelès. Foi um deus-nos-acuda. *L'Humanité* chegou a dizer que Proust era “um amador medíocre” que a direita francesa lançava contra os revolucionários.

Contudo, a revolução estava em Proust e não em Dorgelès. Sob quase todos os aspectos, o livro de Dorgelès era bem-comportado, como bem-comportados são tantos livros aparentemente revolucionários de nosso tempo. A revolução de Proust nada tinha a ver com os interesses políticos do momento: a sua era uma revolução por dentro. Vinha provar que a obra de arte vale por si, vale por si como religião, como razão de viver, como elemento impulsionador da hominização do próprio homem. Era, inclusive, obra edificante, no sentido de

que, revelando lados desconhecidos do homem, possibilita a hominização do homem, isto é, pode fazer com que o ser humano melhore através do contato, que experimenta, com uma ordem superior de valores que um artista seja capaz de criar. A idéia vinha, não tão clara, de Ruskin, e Proust a sentiu em sua completitude para aproveitá-la, não apenas numa série de considerações mais ou menos abstratas que um ensaísta qualquer pudesse fazer, mas numa obra em que a idéia é aquilo que ela tenta exprimir, e onde vida, emoção, memória e pensamento puro se misturam para produzir uma nova realidade.

Era todo o século XIX que vinha culminar na obra de Proust, e nela o século XX surgia com a força de suas novidades. Não apenas o *fin-de-siècle* e o *art-nouveau*, mas todas as mudanças e os sonhos, as aspirações e as lutas, no período que foi da Comuna de Paris à I Guerra Mundial, estão naqueles volumes de narrativa erguidos sobre um Eu. O que Proust fez foi muito mais do que uma simples narrativa na primeira pessoa. George Orwell se negava a considerar romance qualquer narrativa na primeira pessoa, já que, aí, falando por si e contando o que viu, a, digamos, abertura da câmara diminui e limita a observação. Discordo de Orwell em princípio: mesmo, contudo, que ele tivesse razão, a primeira pessoa de Proust vai mais longe porque ele funcionou sobre a memória cujos meandros apareciam com maior clareza depois que Bergson os estudara. Era um eu gigantesco, onisciente a mais não poder, que surgia daquele acúmulo de páginas, na ascensão do detalhe a uma importância de monumento – e tudo de acordo com o espírito de Ruskin e com uma corrente de arquitetura de que a catedral de Chartres seria o melhor exemplo. Afirmei, em artigo anterior, que em Chartres entendi Proust melhor. Vendo os detalhes das figuras que o próprio autor de *Swann* ia contemplar quando escrevia sua obra, compreendi não só a influência de Ruskin sobre ele, mas também a força dos pormenores na formação do grandioso.

Proust usou, na construção de seu monumento, um Método. A reação contra o realismo chegava então ao Simbolismo, e este surgia como um tipo de cegueira; fechemos os olhos à realidade, toquemo-la apenas com a delicadeza do sonho e a ligeireza da sugestão, diziam. Aparecendo na crista da onda sim-

bolista, Proust podia parecer sua simples culminação, não fora sua metodologia, seu caminho reto, sua rota direta, saída de um plano em que o eu, mesmo sendo o objeto, se mantém a certa e procurada distância dele. Essa distância era parte de um método e neste se achava o segredo do enfoque proustiano.

Que tipo de enfoque utilizava Proust? O de quem sabia que a pura análise exterior não iluminará a realidade, mas sabe também que abandonar a análise não o ajudará em nada. Assim, tinha de unir o espírito de identificação no objeto com a distância do objeto. Identificar-se e, contudo (ou por causa disso mesmo, para tornar mais válida a identificação), manter a distância. Conseguiu, assim, Proust, fazer uma revolução e retomar o caminho dos clássicos (para os quais, segundo Rivière, a literatura era “um discurso sobre as paixões”) para torná-lo mais amplo e nele descobrir novas rotas.

As opiniões críticas dos poetas e romancistas valem como pontos de comparação no aferimento de suas obras, tanto no que elas possam ter de semelhantes a suas teses, mas também, e principalmente, no que elas têm de dissemelhantes. Se um simbolista fala, num artigo de crítica, sobre o valor da intuição, estendendo-se longamente sobre o assunto, e vai-se ver não há na sua obra o menor sinal de intuição, uma análise dos motivos que o tornam apaixonado por um método que não sabe usar, será da maior utilidade no aferimento de seus livros. No caso de Proust, a realidade de sua obra está em inteiro acordo com sua tese sobre o que deva ser uma obra de arte. Em seu *Contre Saint-Beuve* diz Proust: “A obra de Saint-Beuve não é uma obra profunda.” E por que não? Porque ele não reconhece que “um livro é um produto de um outro eu, diferente do que manifestamos em nossos hábitos, na sociedade, em nossas vidas”. E essa obra escapa sempre a qualquer observador de fora. Daí, o fato de nenhum crítico ser capaz de, usando apenas recursos externos e científicos de análise, compreender jamais obra alguma de arte. O crítico precisará de manter a mistura de identificação e distância que Proust acha indispensável à própria obra. Analisando apenas, tentando fugir à obra para estudar em laboratório um acúmulo de informações ou dados estatísticos sobre a mesma, estará o crítico se afastando da possibilidade de qualquer aproximação válida, de qual-

quer *approach* que ilumine a obra por dentro e torne mais claras algumas de suas reentrâncias. Só fazendo, na crítica, no escrito considerado crítico, outra obra de arte, conseguirá o crítico atingir o osso da obra de arte que esteja a comentar. Daí, o fato de que Lawrence falando de romance – Keats, de poesia – Elliot, idem – Proust, da obra de arte em geral e da literária em particular – vão todos muito mais longe do que o mais bem equipado dos críticos literários de qualquer época. No fundo, para Proust a obra de arte não tem apenas um fundo religioso: ela é também, em si, uma religião, e uma religião diferente das outras, diferente, por exemplo, no caso de *À la Recherche du Temps Perdu*, da religião que seria *Guerra e Paz* ou da religião contida em *Os Irmãos Karamazoff*.

Vinda do século XIX, *À la Recherche* surge como a primeira obra real e inteira da literatura do século XX. O telefone, o automóvel, o avião e outros componentes tecnológicos do meio-século das guerras mundiais, são parte do mundo de Proust, e a sociedade que se transforma, o tipo de vida urbana, quase metropolitana, que rompia com o tipo de vida do século XIX, tudo se mistura nas imagens que Proust recupera, reconstrói e solta no seu livro, aparentemente sem ordem e sem método, mas na realidade subordinadas a um duro método, um Método com M maiúsculo, num detalhismo de construção que almejava o monumental – que almejava e que chegou lá. Explicando-nos, dizendo como somos, abrindo claros no entendimento das paixões humanas, Proust preparou o modo de vida das gerações que a ele se sucederam. Antecipando-nos, ele nos explicou a todos nós que vivemos em outro século. Entendendo-se, explicando-se a si mesmo – e a seus companheiros de tempo, de cidade e de ambiente social – ele como que nos justificou. Porque a verdade é que o homem não foi mais o mesmo depois de haver sido recriado por Marcel Proust que, ao fazê-lo, soprou nele – e em cada um de nós – uma vida nova e um novo entendimento.



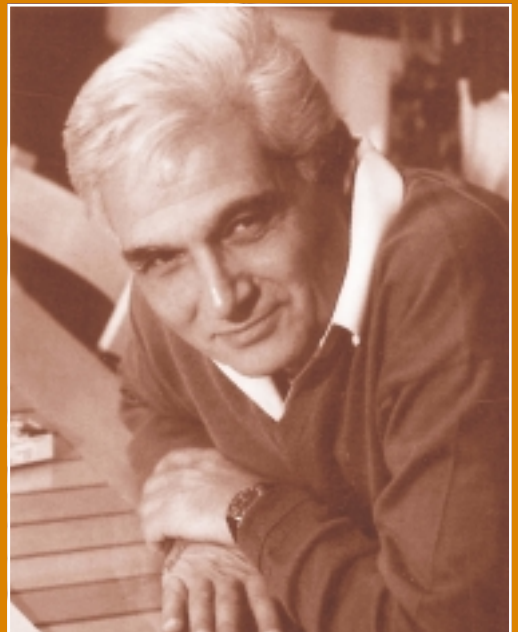
Albert Camus (1913-1960)



Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir (c. 1970)



Michel Foucault (1926-1984)



Jacques Derrida (1930-2004)

Trajetória e crise das “leituras francesas”

NELSON SALDANHA

A hegemonia espanhola, que trouxe o Barroco para a América Latina, transportaria para as letras portuguesas e brasileiras o gongorismo e o conceptismo. A hegemonia inglesa, mais ocupada com o domínio comercial e econômico — não mais o mercantilismo mas um capitalismo pré-industrial —, pouco ofereceu à América Latina em termos literários. A presença holandesa, centrada sobre a ocupação do Recife durante alguns decênios, pouco nos deu também em termos de letras e leituras.

A França, desistindo do Maranhão e do Rio de Janeiro no século XVII, somente no século XVIII estaria presente, e aí crescentemente, nas leituras brasileiras. Leituras precárias, nesse século, e pouco sistemáticas, mas marcantes: Armitage, em sua *História do Brasil*, mencionou como “únicas fontes de instrução” no século XVIII a história grega e romana, o *Contrato Social* de Rousseau e transcrições de Voltaire e do Abade Raynal. Na Revolução Baiana de 1798 (chamada “dos Alfaiates”), apareceram influências francesas através de Rousseau — sempre lido naquele contexto —, bem como Volney,

Escritor e ensaísta, nasceu no Recife, em 1933. Professor universitário, membro da Academia Pernambucana de Letras, publicou vários livros, entre os quais: *História das idéias políticas no Brasil*; *Sociologia do Direito*; *Humanismo e História*; *O jardim e a praça*.

autor das *Ruínas*, e Boissy d'Anglas, orador da Revolução Francesa, posteriormente esquecido. Autores lidos em cópias, às vezes manuscritas e gastas. Textos franceses, também, na Inconfidência Mineira, de 1789, cujos *Autos da Devassa* incluíram alusão aos livros pertencentes ao Cônego Luís Vieira da Silva. Livros entre os quais se achavam as obras de Voltaire, Montesquieu, Condillac, Domat, Mably e Bossuet. Começavam as nossas leituras francesas.



Na França, quando da Restauração, Benjamin Constant (em seu *Cours de Politique Constitutionnelle*) estabelecera a distinção entre o *pouvoir royal* e o *exécutif*, ambos tendo por titular o monarca. Era uma idéia criada por Clermont-Tonnerre e pretendia redistribuir os poderes. Os redatores da Constituição brasileira de 1824 chamaram o poder real de “Moderador”, consagrando a sacralidade imperial.

A Constituição deu lugar, como se sabe, a diversos comentários — inclusive os de Pimenta Bueno, e também as obras especificamente dirigidas à análise do Poder Moderador. E sempre as fontes francesas: cabe destacar as de Brás Florentino (*Do Poder Moderador*, Recife, 1864), que citava Benjamin Constant, Ancillon, Lanjuinais, Guizot, Hello e outros. Eram, em geral, comentários que louvavam o moderador como instrumento de equilíbrio institucional.

Duas vozes, entretanto, se posicionaram de modo especial contra o moderador. Desde logo a de Frei Caneca, que no próprio ano de 1824 denunciou a Constituição como ilegítima: é relevante acentuar que o frade pernambucano tomou em certo passo de seu famoso discurso a idéia do moderador como *clef de voûte*, chamando-o de “chave mestra da opressão”; e que, fundado claramente na doutrina de Emmanuel Sieyès sobre o poder constituinte (mas sem citá-la), sustentava que o Imperador não podia elaborar uma constituição por *não ser nação*, não possuir “cidadania nem comissão da nação brasileira”. A seguir, a crítica de Tobias Barreto (1867) que, com mais sentido acadêmico, atacava os estudos de Zacarias, de Uruguai e de Brás Florentino: cobrava deles melhor fundamentação sociológica. Realmente Tobias não havia ainda cortado amarras com o positivismo comtiano.



As fontes francesas estiveram presentes em outro momento expressivo da evolução do pensamento brasileiro: o socialismo oitocentista (anote-se inclusive que de certo modo foi o ilustre engenheiro Louis Vauthier, autor de marcantes obras no Recife, que trouxe aos intelectuais da cidade vários nomes do socialismo francês). Um socialismo preso ao grande *essor* romântico. Assim no caso do pernambucano Abreu e Lima, cujo importante livro *O Socialismo*, de 1855, foi escrito como uma apaixonada junção de um cristianismo vago e um solidarismo pouco definido, com citações de Raybaud e de Cousin, bem como do belga Molinari. Também no caso de Antônio Pedro de Figueiredo, tradutor de Cousin, leitor de Jouffroy e de Lamennais, e autor principalmente de *O Progresso* – coletânea de artigos dados à imprensa entre 1846 e 1848. E ainda no caso de Borges de Fonseca. O socialismo de que se tratou no Brasil, no século XIX, foi o francês – com algumas alusões a Owen e outras ao “comunismo”.

O Romantismo foi no Brasil, como no restante das Américas, e como não podia deixar de ser, um componente recebido através de Portugal ou diretamente da França, indiretamente da Alemanha e da Inglaterra. O hugoanismo, que nos trazia *Les Châtiments* e *Les Misérables*, foi imitado no país (às vezes, por imitadores geniais) como o seriam depois o Parnasianismo e o Simbolismo. Mas o hugoanismo era também o prefácio do *Cromwell* e o do *Hernani*, com a apologia da liberdade, a política e a literária.

Enquanto líamos e parafraseávamos Hugo e Lamartine, começava a chegar às Américas o Realismo. Paralelamente passava-se do ecletismo (mormente na versão consiniana) ao Positivismo comtiano e logo ao Naturalismo, este de origem basicamente alemã mas acompanhado de versões francesas. Em nosso realismo esteve presente a “Escola do Recife”: não apenas o sopro criador e polêmico de Tobias Barreto, mas também as largas pesquisas de Sílvio Romero, por sinal seguidor de Taine, e o estudo de Martins Júnior, entusiasta de Comte, sobre a “poesia científica”. Nossos romancistas “realistas” terão estado, sem dúvida, mais próximos de Balzac e de Zola do que de Flaubert: mais a documentação das “verdades” sociais do que a ilustre fantasia arqueológica.



O século XIX foi, no Brasil, tão francês quanto na maioria dos países latino-americanos. Nossa primeira geração romântica leu Byron e Walter Scott (Alvares de Azevedo escrevendo seus poemas “satânicos”), mas o romance histórico teve como modelos, além do autor de *Ivanhoé* (e de Fenimore Cooper), Chateaubriand – que favoreceu o indianismo – bem como os portugueses: a marca de Herculano e de Garrett.

O pensamento social, que, como foi visto, citava Rousseau desde o próprio século XVIII, assumiu a Sociologia (a de Comte e depois uma escola menor, a de Le Play). A Sociologia francesa completada em alguns casos – Sílvio Romero por exemplo – com a de Stuart Mill e a de Herbert Spencer. Nos Estados do Sul a presença de Comte cresceu mais e como que institucionalizou-se, chegando a inspirar, em grande parte, o credo republicano, inclusive com os significativos escritos de Alberto Sales (1857-1904). Tudo se discutia em francês. Rui Barbosa, que foi homem de vastos estudos mas não propriamente um poliglota, tinha em língua francesa a maior parte de seus livros (o que não significa ignorar a importância de suas fontes inglesas e norte-americanas, sobretudo em direito constitucional e internacional).

A presença da língua inglesa se fez notar também em Nabuco (sem embargo de sua fidelidade literária a Renan), bem como em alguns críticos sociais da geração seguinte, dentre os quais Oliveira Vianna, adversário do “idealismo” constitucional que se atribuiu a Rui Barbosa, Oliveira Vianna leitor dos sociólogos norte-americanos e interessado em estudar as “realidades” nacionais.

Nos primeiros anos do novecentos foram publicados quase todos os livros de Alberto Torres. Em 1909 publicou (em francês) *Vers la Paix* e, em 1913, *Le Problème mondial*: buscava o alcance internacional através da língua de Anatole.



Podemos anotar a transição, no rumo da hegemonia da língua inglesa, que veio com a dominação norte-americana: em alguma medida nos meados do sé-

culo XX e com força incoercível a partir do final da Segunda Guerra. A Sociologia, que nos últimos anos do oitocentos significava nomes como Durkheim, Tarde, Mauss, Le Bon e outros, e que logo a seguir esteve ligada aos nomes alemães de Georg Simmel, Max Weber e Troeltsch, passou a ser, predominantemente, um assunto de autores norte-americanos: os grandes teóricos da primeira metade do novecentos, como Parsons e Merton, e também os empíricos, ocupados com pesquisa social, sociologia urbana e rural e coisas afins. À influência dos livros juntou-se o fato de que as universidades brasileiras começaram, no século XX (décadas 40 e 50), a enviar entusiasticamente jovens professores, em número que seria crescente, para as universidades de língua inglesa, embora alguns poucos procurassem fazer estudos em Paris, e depois – o que se tornaria característico – na Alemanha.

Em filosofia, as leituras francesas foram também cedendo vez às inglesas – marcadamente norte-americanas –, combinadas com o posterior surgimento de germanistas, vinculados a determinadas fontes e a determinadas universidades. Anglicistas e germanistas acompanhados, também, pelas “normas da ABNT”.

Nos anos 60 e 70, a voga dos autores franceses, como Camus e Sartre, aos quais se seguiriam Foucault e Derrida, ainda resistiu, mas começou a ser posta de lado com a chegada dos autores ingleses e norte-americanos claramente referendados pelo neoliberalismo.

E então a onda vem sendo crescente: a expansão norte-americana, com o agigantamento das imagens e das forças a que corresponde, veio transformando a Europa – menos talvez a Inglaterra e a Alemanha – em um grupo de pequenos países que recuam, em defensiva, para permanecer e adaptar-se. Portadores da velha cultura, os povos do Ocidente que sobrevivem ao processo de crise, e que ainda possuem relações históricas com o próprio Oriente, encolhem-se para viver discutivelmente do turismo. Ou então, para oferecer, em momentos especiais, valores culturais irreproduzíveis.

Enquanto a vigente influência norte-americana (e, por aderência, inglesa) é, antes do mais, poderio econômico, completado pelo componente militar e

tecnológico, disto resultando o enorme empurrão bibliográfico, a presença francesa existiu desde o século XVIII como uma ampla pedagogia cultural, que possuía valor próprio e que por muito tempo existiu sem apoio em qualquer hegemonia política ou econômica.

A pedagogia cultural francesa pôs à disposição do mundo moderno os dois séculos e pouco que vão de Descartes a Bergson: o racionalismo, o iluminismo, a revolução, o Código Civil, Napoleão, o tradicionalismo, o simbolismo, o impressionismo. Toda uma versão do humanismo ocidental, incluindo química e música, *ballet*, a *Encyclopédie* e o *Dicionário de Filosofia* de Lalande, a pintura heróica de David e de Delacroix, as *Nymphées* de Monet e o *Bolero* de Ravel.

As produções de Hollywood atravessaram incólumes, transformadas em motivação juvenil e em “efeitos especiais”, a presença do impressionismo alemão, do neo-realismo italiano e da *nouvelle vague*. A vasta pedagogia francesa, por sua vez, sofreu a presença norte-americana dos quadrinhos (alguns ótimos) e da forte literatura dos Steinbeck e dos Hemingway. Sobrevive, porém, a França, como fonte inesgotável, em cada área da atividade cultural, com seus atributos sempre ameaçados mas sempre preciosos.

A filosofia social da língua inglesa, crescendo como referência nos trabalhos acadêmicos – e em geral expressando a visão do mundo do neoliberalismo – vem trazendo novo vigor para a tendência chamada analítica. Esta tendência, que ocorre também em certos autores alemães, tem uma pequena relação com Kant e com os lógicos da primeira metade do século XX: ela representa a propensão de certos autores ao formalismo e ao nominalismo. A grande e agônica reflexão de Sartre, bem como as argutas problematizações de Foucault, não parecem ter atualmente continuação adequada.

Mas a França, dizia eu, sobrevive.

Recife, 14 de janeiro de 2005

Jean Manzon depois da guerra

JOÃO DE SCANTIMBURGO

Quando a guerra terminou, em 1945, milhares de europeus, saturados das crises que viveram e delas sofreram na Europa, deixaram o continente em busca de vida nova. Os países da América Latina foram os escolhidos. A Argentina recebeu número elevado de alemães, dentre eles antigos membros das SS e da Gestapo, muitos deles de alta culpabilidade. Foram aos poucos assimilados ou partiram para outros rumos ou, mesmo, morreram, por já terem idade para despedida. Dentre os que escolheram o Brasil estava o grande fotógrafo Jean Manzon, um dos maiores fotógrafos do mundo, com a ajuda de ter competência jornalística, de conhecer a profissão, pois atuou, entre outros veículos, na revista *Paris Match*, de seu amigo Jean Prevost.

Conheci muitíssimo bem Jean Manzon, pois trabalhamos na mesma empresa ou grupo de empresas, durante anos, os *Diários Associados*. Fizemos amizade, que foi até o fim da vida dele conservada, e eu tive a oportunidade de levar-lhe o meu voto de adeus na Igreja de N.S. do Brasil, onde o caixão com seus despojos foi conduzido depois da chegada ao Brasil, por um dos aviões de carreira. Jean Manzon já não era

Jornalista,
ensaísta,
historiador,
autor do *Tratado
geral do Brasil*,
*Introdução à
filosofia de Maurice
Blondel*, *No limiar
de novo humanismo*.

o fotógrafo de jornal, pois tinha sua empresa para a preparação de campanhas, nas quais ele era mestre admirável. Seus filmes publicitários eram exibidos nas telas grandes e acabaram sendo aproveitados pelas televisões que cada vez mais se aprimoravam na transmissão de publicidade e notícias.

Logo que chegou ao Brasil, Manzon procurou o nosso saudoso chefe, Assis Chateaubriand, e pediu a ele um emprego. Chateaubriand já o conhecia de suas viagens freqüentes à França, e viu, com seu formidável faro de grande jornalista e dono de uma cadeia de jornais e rádios, que Manzon era o homem de que precisava. Os *Diários* editavam uma revista de relativa circulação, *O Cruzeiro*. Bom nome, já antigo, com *A Cigarra*, também dos *Diários*, não tinha o poder de fogo necessário à captação de publicidade em massa. Chateaubriand contratou Manzon como repórter fotográfico. Ele iria trabalhar com um ‘turco’ inteligente, excelente repórter, apto para escrever reportagens, de nome David Nasser. Estava formada a dupla que iria revolucionar a imprensa no Brasil. Começaram e foram, cada vez mais, vendo aumentar a tiragem de *O Cruzeiro*, graças às reportagens extraordinárias, como não se repetiu no Brasil, depois que deixaram um e outro a parceria e cada um tomou seu rumo. Para ganhar a vida.

Afirmei, sempre, que a câmera de fotografia de Jean Manzon falava, gritava, era essa máquina extraordinária que dava vida à reportagem sobre a qual se fixava David Nasser, e os leitores tinham para conhecer o Brasil, os problemas brasileiros, as crises políticas, os problemas com os quais se defrontava, uma documentação jornalística inédita, que só os americanos possuíam no continente, com *Life*, do grupo *Time-Life*, que era, efetivamente, uma publicação sem paralelo em todo o mundo. Pois *O Cruzeiro* logo superou a revista norteamericana, embora fosse impressa em branco e preto, por não terem os *Associados*, na época, parque gráfico, possível somente alguns anos depois, quando os americanos começaram a vender esse equipamento a outros países.

Não havia quem não comentasse as reportagens da dupla diabólica, que ninguém enfrentava na imprensa brasileira. Manzon, com sua câmera, e David Nasser, com sua máquina de escrever portátil, mandavam reportagens do Brasil inteiro e do estrangeiro, pois que viajavam numerosas vezes para o exterior, a fim de cobrirem eventos e acontecimentos que interessavam dar a conhecer ao

Brasil, que esperava com ansiedade a revista dos dois endiabrados repórteres. Foi uma época feliz para todos nós, que trabalhávamos para os *Diários*. Até que Manzon saiu, para cuidar de sua vida, por conta própria, e nesse rumo acabou se enriquecendo, vindo a ser um homem razoavelmente rico para São Paulo, tanto que residia na Rua Escócia, na famosa Gaiola de Ouro, o edifício suntuoso construído por Adolpho Lindemberg, para um grupo de incorporadores ricos.

Fomos amigos cordiais, jantamos muitas vezes uns e outros, ou na minha residência ou na dele, e sempre comentamos os sucessos alcançados pela revista que ele e seu parceiro fizeram para os *Associados*, com uma perícia digna dos maiores centros do mundo em matéria jornalística. Cito novamente os Estados Unidos, afirmando que a *Life* não nos ficava muito à frente, menos, evidentemente, na parte gráfica, por falta de equipamento aqui. Manzon gostava dessas recordações e ainda as animava, lembrando fatos que eu desconhecia, pois era diretor das empresas e não repórter.

Manzon, casou-se duas vezes, tendo dois filhos que continuam sua obra de publicitário, pois nenhum dos dois herdou o talento de repórter fotográfico do pai. Casou-se a última vez com uma paulista, que suponho estar ainda viva, pois era bem mais moça do que ele. Foi quem recebeu o corpo, na igreja, quando, na sua propriedade de Portugal, uma quinta onde morava em sua passagem pela península, ele caiu, sofreu traumatismo craniano e faleceu ali mesmo onde ocorrera o acidente.

Manzon foi um grande francês que amou o Brasil como o amam todos os franceses que conheci até hoje. Era um típico franco-brasileiro, tanto que seus filhos, ao que me conste, são brasileiros natos, e não pensam, suponho, em deixá-lo, pois que não para escrever, mas para a continuidade do negócio fundado pelo pai, prosseguem como bons empresários.

Esta é a homenagem que presto a um dos maiores fotógrafos do mundo, desses cuja câmera, insisto, falava tanto quanto a máquina de escrever no tempo, não hoje, para perpetuar um nome que foi grande no Brasil da imprensa e grande como profissional da fotografia. Sua câmera deveria ser colocada num museu, por ser, simbolicamente, mágica.



Pierre Verger, de parisiense a afro-brasileiro

ALBERTO DA COSTA E SILVA

Enfastiado diante do que tinha em derredor, inquieto e curioso pelo diferente, um jovem fotógrafo de 30 anos decidiu trocar Paris pelas viagens de aventuras. Bem nascido numa família burguesa, dona de uma gráfica, vira morrer o pai em 1915 – tinha então 13 anos de idade –, e perdera seus dois outros irmãos e sua mãe – esta havia pouco – antes de, em 1932, largar um futuro previsível, num lugar onde – para repetir suas palavras – os preconceitos e regras de conduta o faziam infeliz, e seguir para a Rússia. Ali não se demorou, como não se demorou nas outras escalas que fez nas ilhas e terras firmes envoltas pelo Pacífico, o Índico e o Atlântico. De 1932 a 1946, ele flanou baudelaireanamente pelo mundo, a fotografar o que via. Sustentava-se com os proventos de fotógrafo que colaborava na imprensa internacional. Suas fotos do Taiti, da ilha de Páscoa, dos Estados Unidos, do Japão, da China, das Filipinas, da Espanha, do Saara (que atravessou em dorso de camelo), de Cuba, do Haiti, de Trinidad, do Brasil, da Bolívia, do Peru, do México, da Colômbia, da Argentina, saíam nos jornais europeus e, sobretudo, a partir de

Poeta e historiador, autor de *A Enxada e a Lança: a África antes dos Portugueses* (1992, 1996) *A Manilha e o Libambo: a África e a Escravidão, de 1500 a 1700* (2002) e *Um Rio Chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África* (2003).

Porto dos Saveiros, próximo ao antigo Mercado Modelo.
Fotografia de Pierre Verger, ao chegar em Salvador, em 1946.
In: *Retratos da Bahia 1946-1952*. Salvador: Corrupio, 1980.

certo momento, nas grandes revistas ilustradas, que haviam despertado o gosto dos leitores para um novo tipo de matéria: a foto-reportagem. Ao mesmo tempo, com sua assinatura, publicavam-se em Londres, Paris, Chicago e Buenos Aires vários livros de fotografias sobre os lugares que visitara. O fotógrafo andarilho rapidamente se fazia conhecido internacionalmente.

Em 1940, ele estivera em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas só seis anos mais tarde chegaria a Salvador, como repórter fotográfico da revista *O Cruzeiro*. Desceu na Boa Terra em 5 de agosto, e penso que no dia 6 já estava por ela seduzido. Transformou-a em sua base de trabalho de fotógrafo itinerante, e foi-se deixando vencer pelo seu ar morno, pelos seus odores, pela sua gente e — acima de tudo — pelos seus deuses. Cedo interessou-se por eles e por eles foi tocado. E pela África de onde tinham vindo, a África que adivinhava por trás, ou, melhor, por dentro, das pessoas e das cenas baianas que fotografava.

Quis ver como era. E, em 1949, empreendeu a sua primeira viagem ao golfo do Benim, àquela parte do continente que viria a ser a sua África, do mesmo modo que a Bahia seria o seu Brasil. Foi um encontro e um reencontro: era diferente e era semelhante ao que deixara neste lado do Atlântico. As próprias paisagens pareciam repetir-se. E a luz era a mesma. As roupas eram mais soltas e coloridas, na margem de lá, mas as pessoas se pareciam e eram idênticos os seus gestos. As mesmas senhoras, com os mesmos turbantes, sentadas atrás de tabuleiros, vendiam acarajé; só que as de cá se vestiam de branco. E os deuses, fossem voduns ou orixás, desciam sobre os eleitos de igual maneira.

Essa viagem foi a primeira das muitas que faria, até 1979, entre Salvador e o golfo do Benim, pois atravessou o Atlântico mais de 20 vezes. Primeiro, de navio; depois, de avião.

Já na primeira viagem, descobriu que, se aquela parte da África se prolongava na Bahia, a Bahia se mostrava ao longo dos litorais do golfo do Benim. Havia até mesmo quem ali se dissesse brasileiro. E eram muitos esses descendentes de traficantes de escravos e de ex-escravos que, libertos, haviam retornado ao continente africano. Verger fotografou-os e os seus sobrados e as suas casas térreas, semelhantes, quando não idênticas, às de Salvador. Essas fotos publi-

cou-as, em 1950, em reportagens na revista *O Cruzeiro*, com textos de Gilberto Freyre, textos que Freyre escreveu a partir dos esclarecimentos com que Verger acompanhou as imagens. Foi Verger também uma das principais fontes de outro estudo pioneiro sobre os brasileiros na África e a complexidade dos vínculos que existiram entre o Brasil e o golfo do Benin: o de J.F. de Almeida Prado, “A Bahia e as suas relações com o Daomé”, apresentado em 1949 ao IV Congresso de História Nacional.

O assunto não era novo. Alguns anos antes, em 1942, Antônio Joaquim de Macedo Soares publicara, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Nacional*, um extenso trabalho intitulado “Portugal e Brasil na África: vestígios portugueses nas línguas do Ocidente e do Oriente da África. Colônias brasileiras na África Ocidental”. O estudo de Macedo Soares fundava-se nos textos dos viajantes, administradores e missionários europeus que haviam topado brasileiros nas costas africanas. Faltava-lhe o toque do conhecimento pessoal, da experiência vivida – e registrada pela máquina fotográfica. Foi talvez a singularidade afetuosa do encontro de um francês que se abaianava com aqueles que ainda viviam, na África Ocidental, as saudades do Brasil, o que de mais importante Verger transmitiu a Almeida Prado e a Gilberto Freyre, para que se começasse a compreender o fenômeno dos ex-escravos retornados como brasileiros e que como tais ficaram conhecidos naquela parte do mundo. Ou, ainda, como amarôs e agudás.

Verger conhecia todos os textos consultados por Macedo Soares – e outros que este não compulsara. Teve, além disso, pronto acesso a documentos novos, que as famílias de agudas puseram diante de seus olhos, como aquelas preciosíssimas cartas de José Francisco dos Santos, o “Alfaiate”, tão importantes para o estudo do tráfico clandestino e da formação das comunidades de brasileiros na costa atlântica da África. Verger revelou-as, em São Paulo, num número de 1952 da revista *Anhembi* e, no mesmo ano, em Dacar, no volume *Les Afro-Américains*, editado pelo Institut Français d’Afrique Noire, juntamente com toda a documentação sobre os agudás que até então recolhera.

Os textos com que precedia os documentos eram curtíssimos, como se tivesse pudor de escrever. Considerava-se um fotógrafo, mas começava a sentir a

necessidade de explicar o que ia descobrindo sobre os vínculos entre o Brasil e a África e também sobre as imagens que fixava com sua câmara. O seu livro *Dieux d'Afrique*, de 1954, ainda é um álbum de fotos, entremeado de breves textos que explicam os orixás e os voduns, bem como os ritos dos que os veneram.

A partir de então, o estudioso começa a ocupar em sua vida um espaço maior do que o fotógrafo. Crescentemente, muda-se a relação entre texto e imagem: em vez de caber àquele explicar esta, é esta que passa a ilustrar o que se contava com palavras. (Quando menos, como numa nova obra sobre divindades africanas, publicada quase 30 anos mais tarde, *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*, equilibram-se textos e fotos.)

Verger tornava-se o grande mestre sobre os enlaces entre a Bahia e a África Ocidental e sobre o espaço cultural que se criara entre as duas margens do Atlântico. Não tardaria a dar-nos, em 1968, sua obra magna, o monumental *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos, dos Séculos XVII a XIX*, hoje de consulta e citação obrigatória para quem escreva, em qualquer idioma, sobre o comércio negreiro.

Entre 1946 e 1979, Verger dividiu-se entre Salvador e a África Ocidental. Num e no outro lado do oceano, ganhou a intimidade das famílias e incutiu-se nos arcanos dos santuários africanos e afro-brasileiros. Encontrara o que, desde sua mocidade inquieta, procurava. Pacificara-se. E de tal modo se fazia africano e afro-brasileiro, que, em 1952, foi iniciado, em Queto, nos segredos da arte divinatória iorubana, nos mistérios de Ifá. Recebeu então um novo nome: Fatumbi, o “renascido pelas graças de Ifá”. O tornar-se babalaô completava um processo no qual o fotógrafo parisiense se descrestianizava e se desracionalizava. Cada vez mais ele aderirá aos modos de vida dos africanos e afro-brasileiros, mais destes do que daqueles, porque ia à África para voltar à Bahia.

A partir de 1979, Pierre Fatumbi Verger – pois assim passara a assinar-se, como a mostrar que havia de fato renascido – não mais voltou à África. A sua última estada terminara de modo para ele amargo e, para nós, dramático: foi preso em Lagos, sob a falsa acusação de contrabandear bens culturais, mais especificamente, um bronze do Benim. Seus amigos mobilizaram-se imediata-



Pierre Verger,
auto-retrato, Salvador,
1946.



Pierre Verger diante de
sua casa, no alto do
Currupio, na construção
original.
Fotografia de Arlete
Soares. Salvador, 1960.
Reproduzida no livro
*Verger: um retrato em preto e
branco*, de Cida Nóbrega e
Regina Echeverria.
Salvador: Corrupio,
2002.

mente para libertá-lo, mas da dura experiência lhe ficou o travo da injustiça humilhante. Deixou-se ficar em Salvador, que se tornara a sua terra e onde, em 1960, adquirira morada.

É bem verdade que não cortara de todo os laços com sua pátria de primeiro nascimento. Tanto assim que se submetera, em 1968, aos exames para doutoramento na Sorbonne, com uma tese notável, que se tornaria um grande livro, o *Fluxo e Refluxo*. Mas não o animou o propósito, a não ser talvez em algum raro momento, de a ela permanentemente regressar. O doutoramento serviu-lhe para ser professor visitante em várias instituições africanas e na Universidade Federal da Bahia, se é que precisava de título para qualificar o que era: um verdadeiro sábio. Um sábio no sentido europeu e no sentido africano da palavra.

Quando o conheci, já estava perto dos 70 anos, e os cabelos brancos lhe acentuavam a jovialidade e o entusiasmo. Tinha no rosto pálido um olhar de pássaro, forte e perscrutador, que contrastava com o seu jeito manso, discreto, modesto. Falamos com saudade de nossa comum amiga, D. Romana da Conceição, e das cartas que ela nos enviara da Nigéria. E de D. Angélica da Rocha Thomas, outra agudá muito querida, e sua *Water House*. E dos velhos sobrados brasileiros de Lagos, de alguns dos quais tudo o que restava eram as suas fotografias. Ele dedicou-me dois de seus livros. Em francês. Pois o francês continuou a ser o seu idioma de escrita.

No fundo da alma, até à sua morte em 1996, Verger não deixou de ser francês, embora se tenha tornado Fatumbi e baiano, euro-africano e euro-afro-brasileiro. Ganhar novas identidades não significava para ele perder as antigas. Somava; não subtraía. Como de norma no universo dos orixás.